



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES**

FLÁVIA REGINA COSTA DA SILVA

Crianças, Infâncias e ONGs: concepções presentes nas Organizações Não Governamentais.

**RECIFE
2022**

FLAVIA REGINA COSTA DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco como requisito parcial para título de Mestra em Educação, Culturas e Identidades, vinculada a Linha de Pesquisa 2, Desenvolvimento e Processos Educativos e Culturais da Infância e Juventude do PPGEI, sob a orientação da professora Dra. Patrícia Maria Uchôa Simões.

RECIFE 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586c Silva,, Flávia Regina Costa da
Crianças, Infâncias e ONG´s: concepções presentes nas Organizações Não Governamentais / Flávia
Regina Costa da Silva,. - 2022.
81 f.

Orientadora: Patricia Maria Uchoa Simoes.
Inclui referências e anexo(s).

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Culturas e Identidades, Recife, 2020.

1. Criança. 2. Infâncias. 3. Projeto Social. 4. ONG. I. Simoes, Patricia Maria Uchoa, orient. II. Título

CDD 370

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Patrícia Maria Uchôa Simões (Orientadora)

Programa de Pós- Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGEI) Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco- FUNDAJ

Profº. Dr. Humberto da Silva Miranda (Examinador interno)

Programa de Pós- Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGEI) Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Prof^a. Dr^a. Allene Carvalho Lage (Examinadora externa)

Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEDUC) Universidade Federal de Pernambuco

***“Entender que as crianças têm um olhar crítico
que vira pelo avesso a ordem das coisas,
que subverte o sentido de uma história,
que muda a direção de certas situações,
exige que possamos conhecer nossas crianças,
o que fazem, de que brincam como inventam,
de que falam. E que possam falar mais”.***

Sonia Kramer

AGRADECIMENTOS

Diversos caminhos foram percorridos, que possibilitaram chegar ao final deste estudo, permeados por expectativas, reflexões, constatações, trocas, paradas, desânimos, retornos e pela persistência que sempre surgia, trazendo luz na trajetória tão sonhada e desejada de viver o ambiente da pesquisa acadêmica.

Vários recomeços aconteceram, junto as mudanças na minha jornada pessoal e profissional, e com todas estas fases cresci e aprendi muito. Aqui chego para agradecer e finalizar em forma de dissertação, esta conquista, que venha muitas outras.

A Deus e ao Universo, por serem fontes de luz, energia e proteção constantes.

Fico feliz porque nunca estive só, durante este período estiveram comigo pessoas, animais de estimação, que me fizeram continuar seguindo. A tod@s, muito Obrigada!

A minha família, por ser forte e presente no ensinamento de que a vida se constrói em cada conquista e que dos momentos difíceis é que as lições são aprendidas. Aos meus pais, Mainha (Lucinalva) e Painho (José), irmão Paulo, sobrinhos (Arthur e Richard), primas, entre estas (Rejane), primos e filh@s de primos, destaque Isadora e Saulo, que contribuíram nos primeiros passos anteriores a este estudo, e a tod@s os outros familiares que apoiaram, cada um de sua forma.

A Maik, pelo companheirismo e apoio nesta caminhada, por saber que a mesma exige dedicação e resignação.

Ao amigo Luís por ter incentivado e dado força para ir em busca dessa conquista.

Aos amig@s da turma 2019, presentes nas disciplinas, debates, trabalhos, diálogos, que geraram vários momentos de aprendizados. Em especial, a Fernanda, Milene e Rosimere as quais nos aproximamos e continuamos nossas partilhas, aprendizados, regados a momentos de descontração, que permitiram nos apoiarmos umas às outras, de forma motivacional, nos momentos alegres e difíceis, nossas trocas foram inspiradoras para a continuidade da caminhada.

À Patrícia Simões, orientadora, que aceitou a orientação com a dedicação, expertise, respeito, paciência, motivação, incentivo, e contribuições científicas que permitiram a concretização do estudo.

A tod@s os/as professores do Programa Educação, Culturas e Identidades (PPGECI), pelos ensinamentos neste percurso dos estudos científicos.

Aos professores da banca examinadora que contribuíram no processo de qualificação do estudo, e com a conclusão deste.

Às Organizações Não Governamentais que aceitaram o convite e autorizaram a pesquisa, por acreditarem em uma sociedade justa e por terem assumido o compromisso na luta pelos direitos humanos, para que as crianças, adolescentes, famílias, comunidades sejam protegidas e vivam em um mundo melhor.

A Kindernothilfe- (KNH Brasil Nordeste) organização social, onde trabalho atualmente, por reconhecer que a aquisição do conhecimento fortalece o ser social e este, o ambiente profissional.

Às crianças fonte de inspiração nesta jornada científica que seguem realizando suas construções e cooperações em nosso planeta.

Enfim, registro minha gratidão a tod@s!

RESUMO

O presente trabalho investigou as concepções de crianças e infâncias em documentos de duas Organizações Não Governamentais brasileiras que realizam ações direcionadas a crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. O aporte teórico foi embasado nos Novos Estudos Sociais das Infâncias que compreende a criança como sujeito de direitos e a infância como categoria estrutural da sociedade. A pesquisa parte também da observação de que, muitas vezes, a criança não é considerada como prioridade e tem sua infância invisibilizada. O caminho metodológico envolveu análise documental, a partir do levantamento e seleção de documentos, que norteiam e regulam os princípios e as ações institucionais das ONGs. A análise dos documentos revelou várias diferentes concepções de criança e de infância que coexistem na sociedade e que são definidas em suas relações com a família, a escola e outras instituições que para elas dirigem suas ações. Essas concepções também foram identificadas em normas jurídicas, pedagógicas, e nas ações direcionadas à criança das instituições investigadas. Como conclusão, o estudo identifica a influência dos marcos legais nas concepções de crianças e infâncias, evidencia que a condição social afeta as infâncias, aponta a presença de ações estratégicas direcionadas a revelar a criança e seu protagonismo, e sugere uma reflexão sobre a cultura adultocêntrica que, muitas vezes, coloca as crianças em uma condição inferior, diante das relações de poder, e, até, em uma condição de vulnerabilidade que, por outro lado, pode adultizar e impor responsabilidades, negando suas infâncias. Com isso, os resultados traduzem a importância dos estudos, debates e aprofundamentos sobre as crianças, de modo a refletimos o papel importante das crianças e as compreensões que levam o entendimento sobre suas diferentes infâncias.

Palavras-chaves: Criança. Infâncias. Projeto social. ONG.

ABSTRACT

This paper investigated the conceptions of children and childhood in the documents of two Brazilian Non-Governmental Organizations that carry out actions aimed at children and adolescents in situations of social and economic vulnerability. The theoretical framework was based on the New Social Studies of Childhood, which understands the child as a subject of rights and childhood as a structural category of society. The research also starts from the observation that, many times, children are not considered a priority and their childhood is invisible. The methodological path involved document analysis, from the survey and selection of documents that guide and regulate the principles and institutional actions of NGOs. The analysis of the documents revealed several different conceptions of children and childhood that coexist in society and that are defined in their relations with the family, the school, and other institutions that direct their actions towards them. These conceptions were also identified in legal and pedagogical norms, and in the child-oriented actions of the institutions investigated. As a conclusion, the study identifies the influence of the legal frameworks in the conceptions of children and childhoods, shows that the social condition affects childhoods, points out the presence of strategic actions aimed at revealing the child and his/her protagonism, and suggests a reflection on the adult-centric culture that, many times, places children in an inferior condition, in the face of power relations, and even in a condition of vulnerability that, on the other hand, can adultize and impose responsibilities, denying their childhoods. Thus, the results translate the importance of the studies, debates, and deepening on children, in order to reflect the important role of children and the understandings that lead to the understanding of their different childhoods.

Keywords: Child. Childhoods. Social project. NGO.

LISTA DE SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ABONG	Associação Brasileira de ONGs
BDTD	Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações
CDC	Convenção dos Direitos da Criança
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONSEJ	Empresa Júnior do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MOSC	Mapa das Organizações da Sociedade Civil
PPGECI	Programa de Pós-Graduação Educação, Culturas e Identidades
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
Oxfam Brasil	A Oxfam Brasil é uma organização da sociedade civil brasileira
KNH	Kindernothilfe e v
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1. Caminhos construídos e em construção da produção bibliográfica na área	17
1.1 Na busca dos estudos sobre as infâncias nos projetos sociais em Organizações Não Governamentais brasileiras.....	17
Capítulo 2. Crianças e infâncias: as teias contemporâneas.....	22
2.1 Crianças e Infâncias: compreensões presentes.....	27
2.2 Crianças: atuação social e perspectivas desenvolvimentistas.....	28
Capítulo 3. Organizações Não Governamentais: espaços de construção de saberes.....	32
3.1 ONGs e Educação não formal.....	34
3.2 ONGs: projeto social e normatizações.....	36
Capítulo 4. Procedimentos Metodológicos.....	40
4.1 Pesquisa Qualitativa	40
4.2 Lócus da Pesquisa	41
4.3 Universo documental: caminhos de construção das informações	43
4.4 Análise de Conteúdo.....	46
4.5 Considerações éticas.	48
Capítulo 5. Resultados da Pesquisa: Criança Cidadã e Infâncias Ordenadas...49	49
5.1 Concepções de Crianças	51
5.2 Concepções de Infâncias.....	59
Capítulo 6. Considerações Finais.....	69
ANEXOS	75
Referências Bibliográficas	76

INTRODUÇÃO

O estudo das concepções de crianças e infâncias subjacentes ao trabalho desenvolvido em Organizações Não Governamentais que atuam no campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes ainda carece de investigações que contribuam para a construção de novas estratégias de enfrentamento nos vários desafios que se colocam para essas instituições.

Este estudo procurou lançar um olhar investigativo para compreender como essas instituições narram as crianças e suas infâncias e propor reflexões teóricas que permitam o fortalecimento do sujeito criança como ator social competente, que tem voz, interage com seus pares e com os adultos, e vivencia complexos fenômenos sociais da contemporaneidade, no contexto de suas infâncias.

A escolha de estudar essa temática está relacionada às experiências vivenciadas durante a minha trajetória profissional no campo de trabalho com ONGs, com a execução e assessoramento de projetos sociais que me trouxeram algumas observações que considero importante serem reveladas para a apresentação do desenvolvimento do presente estudo:

a) existem perspectivas de intervenções em projetos sociais, que buscam trabalhar com as crianças enquanto sujeitos e atores sociais, e outras que desenvolvem ações em que esses são considerados apenas receptores das ações;

b) os projetos sociais, em sua maioria, são construídos sob a ótica das equipes profissionais, baseados nas expertises de trabalho das ONGs e em suas missões institucionais. Em sua maioria surgem, a partir de questões sociais existentes, sendo estruturados por meio de dados socioeconômicos e culturais, ou a partir de pautas de grupos locais, com apoio de agentes financiadores sejam nacionais ou internacionais;

c) algumas experiências em ONGs no planejar os projetos sociais levam em consideração as falas das crianças, seus olhares para os problemas sociais existentes, tanto nos diagnósticos e nas análises situacionais das realidades locais, durante a fase inicial de se pensar o projeto social, como em alguns momentos nas fases seguintes do projeto (elaboração, execução e avaliação), mas se faz necessário refletir a importância da participação significativa das crianças, para que as intervenções sociais não esteja só direcionada ao planejamento do que o adulto considera importante para a criança;

d) alguns formulários de projetos padronizam o perfil e dão uma definição de criança com base no recorte etário, étnico e de gênero masculino e feminino, e, assim, as atividades propostas para a intervenção social são, em sua maioria, padronizadas sob o olhar de uma criança única, definida pela Convenção dos Direitos da Criança - CDC, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA e, conseqüentemente, pelo próprio projeto social.

e) o debate sobre as infâncias ainda não está suficientemente presente no discurso social e acadêmico e, portanto, precisa ser pautado, dialogado e consolidado.

As Organizações Não Governamentais atuam em vários temas, entre esses, a garantia de direitos e enfrentamento a violências cometidas contra grupos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes. Essa atuação ocorre por meio de projetos sociais e ações de sensibilização e prevenção que visem a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Sendo assim, essas instituições apresentam elementos de análise e estudo para a compreensão de complexos fenômenos sociais, econômicos, culturais.

Há algumas décadas, o Brasil atravessa uma grande crise econômica. Segundo dados do Boletim Conjuntura do DIEESE nº 23, essa crise passa a deteriorar as condições de vida da população brasileira, observada também nos indicadores do mercado de trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

A piora da renda e do emprego é um fenômeno diretamente relacionado à estagnação econômica que o Brasil atravessa. Não há registro anterior, nas contas nacionais, de seis anos de recessão e/ou estagnação, como o verificado de 2015 até agora. A pandemia teve início em um contexto em que a pobreza e a desigualdade social tinham explodido, como mostram todos os indicadores de distribuição de renda. Além disso, a atual crise do mercado de trabalho ocorre em momento no qual os governos, a partir de 2017, congelaram os gastos sociais em função da Emenda Constitucional nº 95, o que comprometeu áreas como saúde e educação, vitais para o atendimento da população, especialmente a mais pobre. (BOLETIM CONJUNTURA DIEESE, nº 23, 2020).

No Brasil, o que já apresentava como grave diante do cenário de perda de direitos, agravou-se ainda mais com a pandemia do Covid-19. Segundo informe “*O vírus da Fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto*”, lançado em 2020 pela ONG Oxfam Brasil, a fome já estava aumentando no mundo, mas foi ainda mais agravada com a chegada da pandemia. O documento apontou que

o Brasil, a Índia e a África do Sul se apresentavam como novos países onde a fome e a miséria cresceriam rapidamente.

[...] Em 2018, o número de pessoas em situação de fome no Brasil aumentou em 100 mil (para 5,2 milhões) devido a um aumento acentuado nas taxas de pobreza e desemprego e a cortes radicais nos orçamentos para agricultura e proteção social. Isso incluiu cortes no programa Bolsa Família e, a partir de 2019, o dismantelamento gradual de políticas e órgãos bem-sucedidos estabelecidos por governos anteriores, incluindo o fechamento do CONSEA. (OXFAM BRASIL INFORME- O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto, pág. 24, 2020)

A pandemia além de apontar para crise sanitária, e os reflexos para o agravamento das crises econômica e social, levou o mundo a refletir as causas deste atual contexto, e como evitar novas pandemia. Para Boff (2020, p. 8-10), a pandemia do coronavírus aponta para a Humanidade a necessidade de definir novos rumos e, não fazendo, colocará em “grave risco a biosfera e a nossa existência como espécie”, sendo necessário cuidar da Terra, de forma urgente. Para o autor, a pandemia atual do coronavírus é uma resposta da natureza diante ao tratamento recebido, pelos que habitam o planeta terra, que aponta sinais de sofrimento com o “aquecimento global e a erosão da biodiversidade, desta forma defende a tese que a Terra contra-ataca a Humanidade, como uma “autodefesa”.

Boff (2020, p. 15) cita as várias ameaças atuais a vida e a Terra:

O holocausto nuclear; a catástrofe ecológica; o aquecimento global e a escassez de água potável; a catástrofe econômico-social sistêmica com a radicalização do neoliberalismo que produz extrema acumulação à custa de uma pobreza espantosa; a catástrofe moral com a falta generalizada de sensibilidade para com as grandes maiorias sofredoras; a catástrofe política com a ascensão mundial da direita e a corrosão das democracias; e ultimamente o ataque furioso da Terra contra a Humanidade pelo Covid-19. (BOFF, 2020, p.15)

Assim, faz-se necessário que a Humanidade esteja atenta aos danos, que vem causando a natureza, tendo em visto que dentro do ciclo evolutivo o homem tem destruído cada vez mais seu habitat em prol da modernidade.

Na pandemia, todos/as, mundialmente, foram afetados, mas grupos sociais mais vulneráveis sofreram ainda mais os impactos desta em suas vidas. Para Santos (2020, p.15), esses grupos são definidos de Sul, não sendo essa expressão um significado geográfico, mas a define como “um espaço-tempo político, social e cultural.

É a metáfora do sofrimento humano injusto, causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual.” Ele não fala diretamente das crianças, mas essas passam ser também, mais um grupo invisível e vulnerável, considerando, a priorização para os indivíduos adultos, pois dentro do sistema esse já estão em condições de produzir para a geração de riquezas. Assim, as crianças estiveram entre os grupos que foram também afetados de forma direta pela pandemia.

No Brasil, a crise sanitária oriunda da pandemia agrava ainda mais a crise econômica, política e social. Nestes últimos anos, o país tem sofrido com o desmonte de políticas sociais como assistência social, educação e saúde o que reflete, ainda mais, nos espaços sociais que as crianças, em situação mais vulneráveis, vivenciam.

Nesse sentido, faz-se, cada vez mais presente, trazer para os estudos científicos, a pauta das crianças e suas infâncias, a fim de dar visibilidade a estes atores sociais.

Uma sociedade com fenômenos complexos passa a exigir novos olhares e revisão de teorias, legislações, que permitam estudar tais fenômenos e explicitar reflexões no caminho do debate, levando em consideração uma perspectiva de fortalecimento do processo de emancipação social de seus atores. Segundo Santos (2007),

As ciências sociais estão passando por uma crise, porque a meu ver estão constituídas pela modernidade ocidental, por esse contexto de tensão entre regulação e emancipação que deixou de fora as sociedades coloniais, nas quais essa tensão foi substituída pela “alternativa” entre violência da coerção e a violência da assimilação. Algumas correntes das ciências sociais visaram, sobretudo, a regulação – os estrutural-funcionalistas. Outros, os marxistas, os críticos, centraram-se mais na emancipação, mas a ideia foi sempre uma visão eurocêntrica dessa tensão; uma visão, portanto, colonialista. A crise desse paradigma é geral e por isso inclui, com contornos distintos, todas as correntes até agora em vigor. Portanto, parece-me correto que se fale de uma crise geral das ciências sociais (SANTOS, 2007, p.19).

Como já mencionado, as inquietações para a presente pesquisa deram início no campo da experiência profissional e nas leituras sobre os novos estudos sociais das infâncias realizadas na disciplina, cursada como aluna especial, “Infância e Contemporaneidade: reflexões interdisciplinares”, no segundo semestre de 2018, no Programa de Pós-graduação Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco – PPGECI. Nessa ocasião, algumas questões colocaram-se muito fortemente entre as minhas preocupações: como as infâncias estão pautadas dentro dos projetos sociais? Quais

os olhares das Organizações Não Governamentais para as crianças, e suas infâncias? Quais as concepções de infâncias e crianças construídas nestes espaços? Neste sentido, essas questões têm relevância tendo em vista a complexidade do tecido social atual no qual as crianças e suas infâncias estão inseridas.

A partir de então, foi formulado o seguinte problema de pesquisa: Quais as concepções de criança e infâncias presentes nos documentos de Organizações Não Governamentais, que desenvolvem projetos sociais direcionados para crianças e adolescentes, e atuam no campo da garantia dos direitos humanos, no estado de Pernambuco?

O objetivo da pesquisa foi compreender quais as concepções de criança e infâncias presentes em documentos de Organizações Não Governamentais, que desenvolvem projetos sociais direcionados para as crianças e adolescentes, e atuam no campo da garantia dos direitos humanos, no estado de Pernambuco.

As Organizações Não Governamentais desenvolvem suas ações por meio de projetos sociais com foco em vários públicos, e contextos. Segundo Gohn, “os projetos se desenvolvem segundo a dinâmica de processos de educação não formal, embora nem todos realizem esta educação no sentido de projetos emancipatórios” (GOHN, 2010, p.75).

Desta forma, as novas concepções sobre as crianças e as infâncias, a partir dos novos estudos sociais das infâncias e os estudos sobre a educação não formal contextualizarão alguns temas de análise da presente pesquisa.

Para expor os caminhos da pesquisa, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: o Capítulo I, onde é apresentado um levantamento de estudos com foco no campo de pesquisa nas Organizações Não Governamentais que atuam com direitos humanos de crianças e adolescentes. De uma forma geral, a análise aponta que os estudos sobre as ONGs estão mais focados nos adolescentes, jovens e suas famílias, também foi revelado que a maioria dos projetos sociais estudados estão associados ao trabalho dentro das escolas, focalizando as políticas de educação e saúde, bem como as questões sobre direitos humanos.

No Capítulo II, as questões teóricas relacionadas ao campo interdisciplinar dos Novos Estudos Sociais das Infâncias são apresentadas, a partir de alguns dos autores que propõem essa abordagem, como Alan Prout, Jens Qvortrup, William Corsaro, Manuel Sarmiento, e as brasileiras, Rita Marchi, Lúcia Castro, Anete

Abramowicz, entre outros. Busca-se aprofundar a contextualização da discussão acerca das concepções de criança e infâncias na modernidade e pós-modernidade, as normatizações e o diálogo da criança como ator social.

O Capítulo III contextualiza o campus da pesquisa, o lugar escolhido para o estudo, as organizações não governamentais, bem como o campo de aprendizagem realizado nesses lugares. Também é discutido o que se compreende por a educação não formal desenvolvida nos projetos sociais, e a normatização realizada nesses espaços, a partir dos marcos legais da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, da Constituição Federal Brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Capítulo IV, é apresentado o referencial metodológico, o caminho pela pesquisa qualitativa, o lócus da pesquisa, os caminhos da análise e as considerações éticas adotadas.

No Capítulo V, os resultados da pesquisa com a análise das concepções de crianças e infâncias apresentadas e discutidas.

O Capítulo VI traz as reflexões finais do estudo, considerando a importância do olhar das ONGs para a pauta da criança como ator social e a relevância da continuidade das pesquisas nessa área.

1. Caminhos Construídos e em construção da produção bibliográfica na área

O caminho a ser percorrido na pesquisa permeia pelos conhecimentos já construídos. Desta forma a importância da análise dos estudos já realizados permite dar visibilidade aos resultados de pesquisas e apontar a relevância de novos estudos.

Para Pretto (2013), as realidades vividas pelas crianças economicamente, socialmente, geograficamente e culturalmente fazem com que as mesmas tenham experiências e vivências diferentes, o que vai de encontro à lógica universal que naturaliza o conceito de infância.

[...] percebe-se que cada realidade social, econômica, geográfica e cultural oferece diferentes campos para uma criança crescer, o que faz com que as crianças tenham vivências muito díspares e múltiplas que ferem a lógica das etapas universais de desenvolvimento. (PRETTO, 2013, p. 623).

1.1 Na busca dos estudos sobre as Infâncias nos projetos sociais em Organizações Não Governamentais brasileiras

Inicialmente, o estado da arte foi realizado tomando como base de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O objetivo inicial foi observar o campo dos estudos das infâncias e as interfaces com os principais temas que estão sendo estudados: projetos sociais e organizações não governamentais.

Os descritores pensados para a definição do estado da arte inicialmente foram: infâncias, projetos sociais, organizações não-governamentais, em um recorte de tempo a partir de 2007, para considerar um espaço de tempo considerável, que permitisse ampliar as possibilidades de achados da produção acadêmica, na área proposta, sendo este o mesmo critério por ter feito a pesquisa nas bibliotecas online BDTD, na Scielo e no Google Acadêmico.

Dos descritores utilizados e informados acima, o mais encontrado foi o termo *infância*, categoria que vem sendo pautada e estudada por vários autores e em várias pesquisas, sobre o olhar da Sociologia da Infância.

A maioria dos estudos analisados utilizaram proposições de autores da Sociologia da Infância, entre esses: Qvortrup, Prout, Corsaro, Sarmento, Marchi, Kohan, Elias.

Entre as principais reflexões, está a compreensão das crianças enquanto sujeitos. Para Marchi (2017, p. 621),

A Sociologia da Infância rompe, assim com as abordagens clássicas da socialização que veem as crianças como seres passivos no processo educativo, o que fez com que o estatuto de ator social lhes tenha sido historicamente negado. (MARCHI, 2017, p. 621).

A maioria dos estudos que fazia referência a ONGs estavam mais direcionados à adolescência e juventude. Estas duas categorias foram as mais vistas dentro do universo das Organizações Não Governamentais, além de outros temas.

Os trabalhos que faziam referência a projetos sociais estavam geograficamente mais inseridos dentro das escolas e/ou associados a estas. Neste sentido, o descritor projeto social não necessariamente estava ligado a Organização Não Governamental, mas a uma ação interventiva desenvolvida e direcionada à criança e ao adolescente (THOMASSIM, 2010); DENZIN, 2014); CABICEIRA, 2008).

Foi percebida também durante a análise das publicações, a frequência de estudos sobre políticas públicas direcionadas à infância, com mais foco para a área de educação e saúde.

Quando fazia referência à participação, a maioria dos estudos com crianças estava dentro das escolas e/ou em projetos sociais direcionados à participação de adolescência e juventudes. Mas ainda foram encontrados estudos relacionados a projetos sociais em Organizações Sociais, fazendo referência à participação de crianças, como em Goulart (2009).

O grande número de trabalhos de pesquisa realizados em escolas mostra a grande importância dessa instituição na vida das crianças, mas, também, pode indicar que há uma maior facilidade em encontrar a criança e desenvolver o trabalho de pesquisa nesses espaços.

Os descritores infância e criança estavam relacionados a muitos projetos de pesquisa direcionados ao brincar, ao corpo, a literatura, a saúde, a psicologia.

Foi encontrada uma pesquisa que relaciona as categorias criança e infância com um organismo internacional, sob o título: “A criança e a infância nos documentos da ONU: a produção da criança como ‘portadora de direitos’ e a infância como ‘capital humano do futuro’”, de autoria de Oliveira (2008), que analisou os sentidos da ONU

sobre a ideia de infância, investigou as concepções de crianças e infâncias produzidas, e as práticas da ONU relativas à ideia de infância.

Para entender melhor o lugar, e a relevância da pesquisa proposta foi realizada uma pesquisa na biblioteca científica Scielo Brasil (BIBLIOTECA CIENTÍFICA ELETRÔNICA ONLINE). Os descritores escolhidos foram projetos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), organizações sem fins lucrativos, e os descritores infâncias e crianças. Sabendo que estes dois últimos existem em muitas produções, procurou-se manter o objetivo de levantar se os estudos na área das infâncias e crianças estavam relacionados ao contexto, com o recorte espacial dos projetos sociais, especificamente desenvolvidos em Organizações Não Governamentais.

Com o descritor “projetos sociais” nessa plataforma, entre os 13 trabalhos encontrados, foi observado as temáticas: indígena; adolescente; juventudes; saúde; desenvolvimento humano; cidadania e trabalho; transformação social e profissional; escola; família; redes e psicologia. Destes, foi possível destacar duas pesquisas relacionadas ao estudo de projetos sociais no campo das ONGs (FERNANDES, et. al., 2006) e voltados para crianças, jovens e seu impacto para estes e suas famílias (FEIJÓ; MACEDO, 2012).

Ao relacionarmos os temas projetos sociais e infâncias, não encontramos trabalhos, nem quando focalizamos os descritores “projetos sociais”, “ONGs” e/ou “Organizações Não Governamentais” e “infâncias”.

Com o descritor “Organizações Não Governamentais”, foram encontrados 37 artigos relacionados com os temas: direitos humanos; terceiro setor; atuação do psicólogo e assistente social; atividades extracurriculares e alfabetização; Paulo Freire e o papel das agências de cooperação internacional europeia no apoio a educação popular, controle global da solidariedade, meio ambiente, Banco Mundial, HIV/AIDS, gênero, enfermagem, crianças com necessidades especiais, trabalhadoras do sexo, Sistema Interamericano de Direitos Humanos, liderança e gestão, tuberculose, minas terrestres, enfrentamento à pobreza, parceria serviço público e terceiro setor. Desses artigos, dois foram destacados, por realizarem discussões relacionadas ao terceiro setor e ONGs, e o recorte do estudo ser desenvolvido dentro de ONGs (REIS, 2011; MELO; BORBA; CORREIA; CABRAL, 2019).

Quando relacionamos esse descritor com o descritor infância, não foram encontrados trabalhos

Quando incluído o descritor “ONG”, 25 trabalhos foram encontrados nas temáticas de: estruturação de Rede, AIDS, gestão social, voluntariado, colaboração ONG e Governo, inserção de adolescentes no mercado de trabalho, gênero e sexualidade, atuação do psicólogo, ONGs e escolas parcerias, saúde da criança, gestão ambiental. Quando associa o tema da criança a esse descritor aparece 03 resultados, mas não tem trabalhos novos, são os mesmos que surgem no descritor Organizações Não Governamentais. Isso nos leva a crer que a criança não é o foco dos trabalhos, mas a análise das ONGs, no contexto da institucional.

Quando incluído o descritor “ONGs”, foram encontrados 164 trabalhos sobre as temáticas: saúde, gênero, educação ambiental, direitos humanos, AIDs, voluntariado, solidariedade, organismos internacionais, deficiência, liderança e mediação de identidade, inovação social-empendedorismo, democracia e participação, gestão social, pessoas em situação de rua, papel do psicólogo e assistente social, redes, aprendizagem gerencial, alfabetização, consciência política, participação, análise crítica, racismo, feminismo, desenvolvimento e avaliação de projetos sociais. Mas uma vez, não encontramos trabalhos associados à temática *infâncias*.

Dentro desta biblioteca online, levantamos o descritor *infâncias*, onde encontramos 47 trabalhos articulados com diversos temas: etnia-escola; racismo, imagens infantis, cotidiano, mídia, educação infantil, criança, educação integral, Pós-colonialismo, culturas infantis, imagens, corpo, construção social, literatura, identidade, formação de professores, cultural visual, medicalização, políticas, aprendizagens, brincadeiras, família. Não encontramos nenhuma publicação com o descritor associado a projetos sociais e a Organizações Não Governamentais. Vários autores da Sociologia da Infância foram identificados nos textos, entre estes: Qvortrup, Prout, Corsaro, Sarmiento, Marchi, Kohan.

E em relação ao descritor criança já era notório encontrar um número elevado de pesquisas, 1345 trabalhos, mas na pesquisa dos 501 primeiros trabalhos da biblioteca não encontramos a associação aos descritores projetos sociais e Organizações Não Governamentais.

Também foram feitas pesquisas no Google Acadêmico para o descritor “projetos sociais”, tendo sido encontrados 148 resultados, com temas ligados a: planejamento, incubadora social, educação popular, saúde, políticas públicas, responsabilidade social, desenvolvimento social e econômico, aplicativos de inteligência artificial, voluntariado, terapia, discriminação racial, extensão universitária, proteção social, religião, juventude, cultura, gênero e masculinidade, publicidade, pedagogia, marketing social, avaliação de projetos sociais, trabalho infantil, informática, adolescência, drogas, resolução de conflitos, constelação familiar, precarização do trabalho, pastoral da criança; parceria entre ONGs e escola pública, música, meio ambiente, viabilidade econômica, idoso, associativismo, atuação do Assistente Social, sistema prisional, terceiro setor. Ao associarmos esse descritor aos descritores ONGs não encontramos nenhum trabalho, e ao descritor infância encontramos apenas um trabalho que tratava de projeto social dentro do contexto da escola (ROCHA; RODRIGUES; VIEIRA, 2019).

Em relação às metodologias mais encontradas nos estudos pesquisados foram: pesquisa e abordagem qualitativa, abordagens quanti-qualitativas, estudos de casos, observação participante, cartografia, análise documental, análise de discurso, análise bibliográfica, etnografia, uso de questionários, oficinas, diário de campo, gravação de áudio e vídeos, entrevistas, reuniões com jovens, famílias e profissionais envolvidos nos projetos sociais, análise de filmes, documentários, áudio, videografia, diário de campo, desenhos, fotografia.

Durante a análise dos artigos, chegou-se a algumas conclusões: a) os trabalhos direcionados às ONGs estão mais focados aos temas de adolescência e juventudes; b) muitos trabalhos que estudam a categoria projeto social estão inseridos no interior das escolas; c) existe uma frequência dos estudos das infâncias direcionados as políticas públicas de educação e saúde; d) muitos projetos de estudos voltados para infâncias e criança estão direcionados aos temas brincar, corpo, literatura, saúde e psicologia; f) a maioria dos trabalhos ligados a projetos sociais e ONG's estão voltados para os estudos de temas ligados aos direitos humanos; g) a maioria das pesquisas ligadas a projetos sociais em ONGs estudam a relação das crianças, adolescentes e suas famílias; h) não foram encontrados dentro do recorte estudado os temas relacionados a projetos sociais e infâncias, e projetos sociais, infâncias e ONG's.

Com isso, chega-se à conclusão parcial no sentido de não ter se esgotado todas as pesquisas nos diversos espaços de publicação de trabalhos científicos, mas, com o recorte realizado no estado da arte, foi possível analisar que a temática proposta, de analisar as categorias crianças e infâncias no contexto das Organizações Não Governamentais, tem grande relevância científica pela carência de estudos na temática.

2. Crianças e Infâncias – As Teias Contemporâneas

Nos últimos anos, as Ciências Sociais têm pautado os estudos direcionados às crianças, destacado as infâncias, como categoria social e importância da criança na estrutura social, como um indivíduo que contribui e interage no meio social e cultural que vive, considerando que anteriormente o campo de estudos das crianças estava principalmente ligado a psicologia e pedagogia (CORSARO, 2011; SARMENTO, 2004, 2008, 2017; ABRAMOWICZ e RODRIGUES, 2014; CASTRO, 2002, MARCHI, 2017, entre outros).

Segundo Qvortrup (2010, p. 633), registra-se “quase inexistência” de estudos da infância nas principais correntes da sociologia clássica, não sendo a criança considerada muitas vezes como categoria de análise pelos autores, nem fazendo parte da estrutura social, conseqüentemente, não constitui uma categoria social. Qvortrup (2010) é um desses autores que aponta para a Infância como um conceito que não se constituía como categoria de análise, diante a posição inferior, “marginalizada” que era considerada a criança na sociedade. Portanto, para o autor, se faz presente a importância de analisar a infância enquanto categoria na estrutura social.

Nos anos 1980 e 1990, a sociologia tentava manter-se em sintonia com um conjunto complexo de mudanças sociais esboçadas anteriormente e que abalaram os pressupostos modernos que lhe haviam servido de base durante quase todo o século anterior. O problema aqui reside em que a teoria social moderna nunca havia dado muito espaço à infância. A Sociologia da Infância surgia então com uma dupla tarefa: criar um espaço para infância no discurso sociológico e encarar a complexidade e ambigüidade da infância como fenômeno contemporâneo e instável (PROUT, 2010, p. 733).

Para Corsaro (2011, p.18), a marginalização da criança na sociologia era devido a sua posição subordinada, “é comum que os adultos vejam as crianças de forma prospectiva, isto é, em uma perspectiva do que se tornarão – futuros adultos, com um lugar na ordem social e as contribuições que a ela darão”. Ainda para Corsaro (2011) as teorias tradicionais de socialização como os modelos deterministas, funcionalistas e reprodutivistas veem a criança em uma posição passiva, moldável que deve ser contida, preparada para manutenção da ordem sob a tutela de adultos. Mas as teorias interpretativas e construtivistas passam a analisar a criança como uma construção social.

Isso significa que a Infância e todos os objetos sociais (incluindo aspectos como classe, gênero, raça e etnia) são vistos como sendo interpretados, debatidos e definidos nos processos de ação social. Em suma, são vistos como produtos ou construções sociais. Quando aplicadas à sociologia da infância, as perspectivas interpretativas e construtivistas argumentam que as crianças, assim como os adultos, são participantes ativos na construção social da infância e na reprodução interpretativa de sua cultura compartilhada. (CORSARO, 2011, p. 19)

Para as autoras Abramowicz e Moruzzi (2016, p.28) novos elementos passam a ser construídos entre a infância moderna e a infância contemporânea: “A concepção de que a criança é um sujeito portador de direitos incluindo, o direito a participação na dinâmica social, pode ser considerada uma inflexão importante para a transição de uma infância moderna para uma infância contemporânea.”

Para Prout, a Sociologia da Infância passa a surgir, em sua forma contemporânea,

(...) nos anos 1980-1990. Três principais recursos teóricos foram empregados em sua construção. Primeiro apoiou-se na Sociologia interacionista desenvolvida principalmente nos Estados Unidos nos anos 1960. Esta problematizou o conceito de socialização, que torna as crianças muito passivas. Segundo, nos anos 1990, sobretudo na Europa, houve um ressurgimento (um tanto quanto surpreendente) da sociologia estrutural, que vê a infância como um dado permanente da estrutura social. Finalmente, nos anos 1980, na Europa e nos Estados Unidos, o construtivismo social problematizou e desestabilizou todo e qualquer conceito consagrado sobre a infância, lançando-lhe um olhar relativista. Este enfatizou a especificidade histórica e temporal da infância e dirigiu o foco à sua construção através do discurso (PROUT, 2010, p. 731).

Com a ampliação destes fenômenos sociais os quais, segundo Prout (2010, p. 731), “a teoria sociológica designa por termos como pós-fordismo, modernidade tardia, sociedade em rede da pós-modernidade e sociedade em risco”, as concepções anteriormente produzidas sobre a infância passaram a não mais responder as novas dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais da vida contemporânea.

Assim, Prout (2010, p. 733) conclui que “a Sociologia da Infância surgia então como uma dupla tarefa: criar um espaço para a infância no discurso sociológico e encarar a complexidade e ambiguidade da infância como um fenômeno contemporâneo e instável.” Para Prout (2010) as análises da infância passam a considerar alguns recortes opostos, dualistas, entre estes a discussão entre estrutura e ação, o primeiro que ver a infância como parte da estrutura social, que a transforma

em única, padronizada, ao oposto de que ver as crianças como atores sociais, tendo uma ação determinante na sociedade, e passando a fazer parte da construção de suas infâncias junto aos outros atores sociais. Outros opostos estariam entre as crianças serem vistas como ser unicamente biológico oposto ao olhar para a infância vista como uma construção social; terceiro é a ideia do ser e devir, na relação das crianças com os adultos. Uma perspectiva alternativa seria não considerar dicotomias, mas analisar a infância como um “fenômeno complexo” que não caberia o estudo de opostos, mas perceber as várias nuances postas na sociedade, na direção da: interdisciplinaridade, hibridismo, redes e mediações, mobilidade, e análise relacional.

Para Abramowicz e Rodrigues (2014, p. 464) “a infância é uma construção social, produzida e engendrada no interior de uma série de normas, de leis, de medidas, de pressupostos, que vão dos filosóficos, aos teológicos, dos jurídicos aos pedagógicos e psicológicos.” Neste sentido, para as autoras, a infância como construção social passa a se configurar, em especial pelas normatizações jurídicas, como um dispositivo de poder.

A infância passa a ser conceituada para além de um período biológico, que antecede a fase da vida adulta, definida por uma idade cronológica, e passa a ser definida como uma categoria na estrutura social, compreendida como uma fase da vida das crianças, formada por um conjunto de elementos influenciadores, que diferem a partir do contexto histórico, social, cultural, econômico e relacional de cada criança. Para Qvortrup (2010, p. 637), “a infância enquanto espaço social no qual as crianças vivem, transforma-se constantemente, da mesma forma que a idade adulta e a velhice também se modificam.”

De acordo Qvortrup (2010, p. 638), a infância posta como intervalo, caracteriza-se como fase de transição até a criança chegar à vida adulta, por outro lado e, “enquanto categoria estrutural, a infância não pode nunca se transformar em algo diferente e menos ainda em idade adulta. No entanto, é absolutamente significativo falar sobre a transição de infância de um período histórico para outro.”. Chegamos assim à ideia de infâncias, que são vividas pelas crianças em suas fases históricas, culturais, econômicas, sociais.

Segundo KRAMER (2000),

As crianças são sujeitos sociais e históricos, marcados por contradições das sociedades em que vivem. A criança não é filho do homem, ser em maturação

biológica; ela não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em deixar de ser criança). Defendo uma concepção de criança, que reconhece o que é específico da infância – seu poder de imaginação, fantasia, criação – e entende as crianças como cidadãos, pessoas que produzem cultura e são nela produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem. Esse modo de ver as crianças pode ensinar não só a entendê-las, mas também a ver o mundo a partir do ponto de vista da infância. Pode nos ajudar a aprender com elas (KRAMER, p. 2000, p. 5).

As crianças, no olhar da maioria da sociedade, ainda são vistas como um sujeito dependente do adulto, um ser em desenvolvimento, que com investimentos será um potencial adulto, essa concepção anula a infância e valoriza a fase adulta, e retira das crianças a sua atuação como protagonista de sua infância.

Para tanto, ser faz necessário:

Entender que as crianças têm um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, que subverte o sentido de uma história, que muda a direção de certas situações, exige que possamos conhecer nossas crianças, o que fazem, de que brincam como inventam, de que falam. E que possam falar mais (KRAMER, 2000, p. 12).

Com a modernidade, a infância vai ganhando destaque e o que se pensava da criança, começa a mudar, vista como anteriormente um miniadulto, tratada sem privilégios ou exceções, como um indivíduo presente que deveria colaborar, ou caso fosse determinado, estava sujeito a qualquer tipo de medida, desde ser assassinada, a ser escrava, e ou punida sem distinção. A noção de proteção não fazia parte da vida das crianças e não existia o que o historiador francês Philippe Ariès chamou de “sentimento da infância”.

Esse sentimento da infância determinará como a sociedade irá pensar a criança, e a colocará de maneira específica, sendo necessário que a mesma seja protegida, por sua condição de inocente, sendo regulada, em diversos contextos e ordenamentos pedagógicos, jurídicos, médicos, comerciais, literários, que passam a normatizá-las (ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2014)

Mesmo depois dos processos civilizatórios e de todas as normativas construídas para as crianças, “as infâncias” não se fazem representadas, a fim de serem vistas como diversas a cada criança dentro de seu contexto histórico, cultural e econômico, mas acaba por se constituir na sociedade, pelo sistema, de forma padronizada e universal, não tendo os recortes multiculturais necessários para o

reconhecimento da condição de sujeito das crianças, a partir de suas específicas infâncias.

O olhar para a infância tem se transformado, mas ainda é consolidada a concepção de que as crianças não são sujeitos proativos e que não atuam em seu meio social, tornando o adulto condutor superior de sua fala e suas atitudes, as colocando no lugar de subordinação, e anulando sua condição de sujeito. Um novo olhar, a partir dos novos estudos sociais das infâncias, percebe as crianças, e destaca suas infâncias dentro das distintas realidades, em que vivem e sobrevivem. Esse olhar abre caminho para reconhecer as crianças, como sujeitos, para além dos direitos normativos, proativos as quais tem muito a dizer e a ensinar.

Para lançar o olhar sobre a criança, é importante compreender a infância. Segundo Qvortrup (2010),

[...] a infância tanto se transforma de maneira constante assim como é uma categoria estrutural permanente pela qual todas as crianças passam. A infância existe enquanto um espaço social para receber qualquer criança nascida e para incluí-la – para o que der e vier – por todo o período da sua infância (QVORTRUP, 2010, p. 637).

Para Marchi (2017, p. 623-624), as crianças são atores sociais:

[...] as crianças são atores sociais independente do seu reconhecimento por parte dos adultos. E isso simplesmente porque são seres sociais, por que se comunicam com outros seres de sua própria cultura e, nessa comunicação, atuam na reprodução e também na produção de sentidos compartilhados (e aqui não me refiro apenas à comunicação das crianças no interior de suas “culturas infantis”). Ou seja, queiram os adultos ou não, reconheçam ou não a ação social das crianças, essa ação existe mesmo quando ela não é socialmente reconhecida ou valorizada ou, como não caso das crianças “de rua”, é vista como desviante criminosa ou essencialmente má (antissocial) [...] (MARCHI, 2017, p. 623-624).

Todas as reflexões e debates acima sobre os estudos sociais da infância nos fazem pensar várias questões para o lugar da criança em nossa sociedade, e de que forma as crianças e os adultos percebem-se, relacionam-se e convivem na sociedade.

2.1 Crianças e Infâncias: Compreensões presentes

Para Prout (2010, p. 737), entre os dualismos da Sociologia da Infância, estão as discussões entre o ser e o devir da criança, das quais alguns autores consideram oposições, mas deveriam ser reconhecidas de forma integrada. Esse autor pontua também que a Nova Sociologia da Infância, toma como base a ideia da criança como seres, mas diante as novas configurações contemporâneas, tanto os adultos como as crianças devem ser considerados como deveris, sem deixar de ser. “Tanto crianças como adultos deveriam ser vistos através de uma multiplicidade de deviris, nos quais todos são incompletos e dependentes.”

A maioria dos estudos científicos consideravam a criança como um ser em construção, sendo este um objeto de análise. “A criança é, pois, aqui considerada antes de tudo como aquilo que os anglo-saxões denominam um “future being”, um ser futuro em devir.” (SIROTA, 2001, p.9)

Segundo Sirota (2001) na divergência desse olhar para a criança e para a infância como passiva e frágil dos processos de socialização, se colocam os elementos iniciais da Sociologia da infância, nas discussões da língua inglesa e francesa, com alguns elementos comuns, a partir das reflexões de vários autores (PROUT, 1990; JAVEAU, 1994; QVORTRUP, 1994).

Importante destacar que a discussão filosófica entre os termos ser e devir, a qual produzem contribuições e reflexões até os tempos atuais foi construída e iniciada pelos pré-socráticos entre estes Heráclito e Parmênides na busca do entendimento sobre os processos de existir.

Para Morente (1966), Heráclito define que não existe um ser estático, mas sim um ser dinâmico e o que existe em um momento, não existe mais no momento seguinte, pois passa a ser diferente do que era. “O existir é um perpétuo mudar, um estar constantemente sendo e não sendo, um devir perfeito; um constante fluir.” (MORENTE, 1966, p.67). “Uma coisa é e não é ao mesmo tempo, visto que o ser consiste em estar sendo, em fluir, em devir” (MORENTE, 1966, p. 68)

Já Parmênides o entendimento deste coloca-se em oposição a ideia de Heráclito, e afirma que “o ser é; o não ser não é” (MORENTE, 1966, p.68). Dentro deste pensamento o filósofo chega à reflexão que o ser é único, eterno, imutável (o ser não pode mudar, pois a mudança, implica a existência de um outro ser), infinito, e

imóvel, com a conclusão de que, o mundo das coisas heterogêneas, do movimento, das cores, da multiplicidade dos seres é uma ilusão, uma aparência, que existem dois mundos o sensível (o ilusório), e o mundo inteligível (o mundo do pensamento) (MORENTE, 1966).

Possuímos a tendência de negar que somos seres em devires, como se fossemos completos e não estivéssemos em constante mudança. Isso se reflete nos estudos da sociologia da infância, ao defendermos as crianças como seres e negarmos seu devir. Prout (2010) parece buscar um meio termo ou um caminho que possibilite às nossas pesquisas trilhar em meio a essas ambiguidades e paradoxos, para isso ele define o “terceiro excluído” para ser incluído em nossas pesquisas. (BORDIN, 2016, p. 51)

Dentre estas posições filosóficas, como entender as crianças? Como se colocam as infâncias? Não chegaríamos a uma única conclusão, pois as crianças são seres únicos, bem como não são uniformes imutáveis, e estão em constante transformação, em um devir, dentro do seu ser criança, dando sua contribuição na sociedade, com suas infâncias, e inseridas na complexidade contemporânea.

2.2 Criança: atuação social e perspectivas desenvolvimentista

Quando pensamos na criança somos levados a pensar no seu desenvolvimento. A maioria dos estudos sobre compreender as crianças reportam as teorias do desenvolvimento, e da educação em abordagens ligadas a condições biológicas e educacionais. Para Simões, Peres e Queiroz (2018, p. 2), os estudos da criança e da infância, anterior aos novos estudos sociais da infância relacionavam-se com questões ligadas à família e à educação, o que não dava a criança uma ação protagônica sobre seu desenvolvimento, e sua atuação de sujeito. “Perceber a criança, além do lugar social de filho ou aluno, permite entendê-la como ator social.”

Para Marchi (2017, 621) a Sociologia da Infância quebra “com as abordagens clássicas da socialização que veem as crianças como seres passivos no processo educativo, o que fez com o que o estatuto de ator social lhes tenha sido historicamente negado”. Nesse contexto, a criança deixa de ser apenas uma fase da vida adulta e passa a ser vista como atuante no seu processo de socialização e desenvolvimento.

As abordagens da psicologia do desenvolvimento, tendo entre seus principais teóricos Piaget, Vygotsky e Wallon, recebem críticas dos autores da Sociologia da Infância, que também percebem aproximações, e contribuições para as novas compreensões e estudos da criança e da infância. Para Sarmiento (2005, p.22) “o modelo construtivista, apesar de considerar o papel das crianças na reprodução social, não analisa adequadamente as crianças enquanto co-construtoras das realidades sociais.”

Para Kramer (2000, p. 3), o século XX “assistiu à busca de uma psicologia baseada na história e na sociologia: as ideias de Vygotsky e Wallon e o debate com Piaget mostram este avanço e revolucionam os estudos da infância.”

Simões, Peres e Queiroz (2018) apontam para a concepção universal e unitária atribuída à infância que levam a visões deterministas, teleológicas e à ideia de que a infância é uma fase preparativa para a vida adulta.

Para Piaget, Vygotsky e Wallon a criança e o desenvolvimento foram pensadas considerando fatores universais, embora entre estes existam olhares diferenciados sobre o desenvolvimento da criança (SIMÕES; PERES; E QUEIROS, 2018):

No caso de Piaget, seu trabalho busca por fatores universais como explicativos do desenvolvimento. Os outros dois teóricos não ignoram esses fatores, mas não os colocam como centrais em suas teorias, pois preconizam um constante jogo dialético entre o biológico e o cultural. Se há a centralidade do universal em suas teorias, é justamente no sentido de abrir-se à necessária constituição social do sujeito. As nuances das relações com o outro, nos contextos culturais onde se desenvolvem, impactam sobre tal desenvolvimento, originando processos que não podem ser vistos de modo teleológico. (SIMÕES, PERES, E QUEIROZ, 2018, p 8-9)

Para Sarmiento (2005, p. 21), as crianças são atuantes no seu desenvolvimento e nas mudanças da cultura, construindo e transformando-a, a partir das suas próprias práticas. “A infância é uma categoria social, do tipo geracional, e um grupo social de sujeitos activos, que interpretam e agem no mundo.” (SARMENTO, 2005, p. 25)

Dentro das concepções de Wallon existem aspectos que dialogam com a Sociologia da Infância sobre olhar a criança, como um ator social que contribui com o meio que vive. Wallon valoriza a perspectiva da criança em seu desenvolvimento, e com as influências do estudo da antropologia. Sobre seus estudos deixa claro que a criança não é um ser primitivo e, por outros lado, o adulto é dotado de racionalidade,

em associação as sociedades ditas modernas e as ditas primitivas. Neste sentido, para Galvão (1995, p.26) “é comum que se olhe para a conduta da criança como um diminutivo da conduta do adulto, como se entre ambas houvesse só diferenças quantitativas.”

Esta perspectiva leva à caracterização do comportamento infantil como um aglomerado de faltas e insuficiências, o que obscurece a apreensão de suas peculiaridades e características próprias. Discordando das teorias que assim procedem, Wallon propõe que se estude o desenvolvimento infantil tomando a própria criança como ponto de partida, buscando compreender cada uma de suas manifestações no conjunto de suas possibilidades, sem a prévia censura da lógica adulta. [pág. 37]. (GALVÃO, 1995, p.26).

Para Wallon (GALVÃO, 1995, p. 8) “o sujeito se constrói nas suas interações com o meio”, e durante o desenvolvimento há um sistema de relações entre a criança e seu ambiente. Ou seja, o desenvolvimento do homem sofre influência do meio social. Também para a Psicologia Ambiental o comportamento humano sofre influência do meio.

Neste sentido, a Sociologia da Infância e a teoria de Wallon dialogam para pensar a pessoa como constituída e formada a partir do contexto que vive, e este contexto é importante para pensar seu comportamento. Assim, se faz presente pensar a criança a partir do olhar que exerce, influencia e é influenciada pelo meio social que vive.

Para Marchi (2017, p. 623) “as crianças são atores sociais independente do seu reconhecimento por parte dos adultos.” Para a autora, a atuação acontece no momento que as crianças se comunicam culturalmente entre si e com adultos e produzem sentidos compartilhados, sendo legitimadas socialmente pelos adultos ou não, estas exercem um papel importante na sociedade.

Quando pensamos em criança também pensamos em educação, e ao pensar uma educação que permita a emancipação social dos indivíduos e estes com acesso a seus direitos, podemos nos reportar as reflexões de Wallon. Para Galvão (1995) a educação para Wallon terá sempre um papel político, sendo necessário ficar atento que a educação tradicional acena para a manutenção da ordem social, constituindo a opressão do indivíduo pela sociedade. Neste sentido para o autor “a educação deve, obrigatoriamente, integrar, à sua prática e aos seus objetivos, essas duas dimensões, a social e a individual: deve, portanto, atender simultaneamente à formação do

indivíduo e à sociedade” (1995, p. 64). Com isso, para a apropriação do papel político da educação será necessário à clareza do projeto de sociedade que se deseja e para Wallon sua escolha foi para uma sociedade socialista, baseada na democracia e justiça social.

Esta dimensão político-social da educação fica bem explícita no Projeto Langevin-Wallon. Elaborado por pessoas comprometidas com a reconstrução da sociedade, abalada física e moralmente pela guerra, o projeto destaca a responsabilidade da educação neste processo. Propunha a realização de mudanças profundas no ensino, visando acabar com a perversa seletividade do sistema. Organiza todos os âmbitos do sistema de ensino (administrativo, curricular, metodológico) em torno do princípio de justiça social e os apoia sobre o conhecimento científico do ser humano em desenvolvimento, sobre a psicogênese. (GALVÃO, 1995, p.67).

A psicogênese da pessoa completa desenvolvida por Wallon chega ao contexto da educação para pensar a criança nos planos afetivos, cognitivos e motor, promovendo assim o seu desenvolvimento em todos esses níveis.

Neste contexto, faz presente um diálogo com a teoria Walloniana quando as práticas educativas vivenciadas pelas Organizações Não Governamentais, por meio dos projetos sociais abrem espaços para trabalhar a criança com atividades lúdicas, culturais, considerando o contexto socioeconômico ao qual estão inseridas, o que permite trazer luz uma ação protagônica da criança.

Considerando que dentro de seu desenvolvimento as crianças constroem saberes e atuam nos espaços sociais e culturais.

3. Organizações Não Governamentais: espaços de construção de saberes

As Organizações Não Governamentais surgiram e constituíram-se dentro do chamado terceiro setor, após a Segunda Guerra Mundial. Esse setor, nos Estados Unidos e na Europa, já era estabelecido de longa prática. Nos Estados Unidos, surge ligado a ações voluntárias, vindo da própria cultura americana. Na Inglaterra, vem da prática das ações de caridade religiosa ou filantrópicas, estas últimas não vinculadas a práticas somente assistencialistas da caridade, mais com as ações humanistas, ligadas a uma abertura ao mercado que origina a filantropia empresarial. (GOHN,2011).

Segundo Gohn foi depois da Segunda Guerra Mundial que o termo Organizações Não Governamentais (ONGs) foi inserido dentro do chamado terceiro setor foi associado à Organizações das Nações Unidas (ONU), como entidade que não representava governos, com importante atuação mundial, por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Conselho Mundial das Igrejas, a Cruz Vermelha Internacional, a UNESCO, entre outras. Assim, surgem organizações com atuação nos campos das lutas políticas, culturais, jurídicas, articuladas aos movimentos sociais, ecológicos, entre outros, a partir dos acontecimentos da sociedade, caracterizando ações menos caritativas ou filantrópicas (GOHN, 2011).

As Organizações Não Governamentais (ONGs) são organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, formadas por grupos da sociedade civil, com objetivos focados para a defesa de direitos humanos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais. Segundo a ABONG (2007, p.11), “uma ONG é, portanto, uma organização formalmente constituída, sob o formato jurídico de uma associação civil ou uma fundação, sem fins lucrativos e com o objetivo de promoção e universalização de direitos.”

Segundo Gohn (2011), na América Latina, as ONGs tiveram, nos anos 1950, ações de agências de promoção para o desenvolvimento, ligadas a campanhas com interesses desenvolvimentistas. Em alguns países, estas agências foram enfrentadas por movimentos da esquerda, por serem vistas como conservadoras e de interesses imperialistas. No Brasil e Chile, as ONGs tiveram atuação contra os regimes políticos militares dos anos 1970 e ainda em 1980, e atuaram em outras áreas como

organização popular, de luta por direitos e por melhores condições de sobrevivência, sendo classificadas como “ONGs *cidadãs* e militantes” (GOHN, 2011. p.83).

No Brasil, nos anos 1970-80, as ONGs *cidadãs* e militantes estiveram por detrás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos que delinearão um cenário de participação na sociedade civil, trazendo para a cena pública novos personagens, contribuindo decisivamente para a queda do regime militar e para a transição democrática no país. As ONGs contribuíram para a reconstrução do conceito de “sociedade civil”, termo originário do liberalismo, que adquire novos significados, menos centrado na questão do indivíduo e mais direcionado para os direitos de grupos. (GOHN, 2011, p. 83-84)

O contexto das Organizações Não Governamentais na América Latina nos anos 1990 mudou, devido à ida das agências financiadoras para outros lugares no mundo, assim como a diminuição de recursos destas agências. Desta forma, precisaram se reestruturar e essa reestruturação mudou a forma de atuação que levou a novos caminhos para a sustentabilidade de suas ações, com a geração de recursos próprios e a busca de acesso a fundos públicos. (GOHN, 2011).

Junto com a crise das ONGs *cidadãs* militantes dos anos 1980, emergiram nos anos 1990, no cenário nacional, outros tipos de entidades, próximas do modelo norte-americano non-profits, articuladas às políticas sociais neoliberais, dentro do espírito da filantropia empresarial, atuando em problemas cruciais da realidade nacional, como as crianças em situações de risco, alfabetização de jovens e adultos etc. Essas entidades não se colocam contra o Estado, como as da fase anterior, originárias dos movimentos e mobilizações populares. Elas querem e buscam a parceria com o Estado. As novas entidades autodenominam-se como terceiro setor, pois procuram definir-se pelo que são e não pelo que não são. [...] As novas entidades que estão se expandindo estruturam-se como empresas, autodenominam-se *cidadãs* por se apresentarem sem fins lucrativos e atuam em áreas de problemas sociais, criam e desenvolvem frentes de trabalho em espaços públicos não estatais; algumas nasceram por iniciativas de empresários privados e se apresentam juridicamente como ONGDS – Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento Social. (GOHN, 2011, p.85-86)

Segundo Gohn (2011), com as mudanças na sociedade, a partir das ações de desmonte do Estado brasileiro, e repasse destas para iniciativas privadas, esse cenário encontrou ONGs, que se propuseram a atuar em parceria e relações de cooperação com o Estado, “destacando que estão em uma nova era, onde não se trata mais de dar costas ao Estado ou apenas criticá-lo, mas de alargar o espaço público no interior da sociedade civil, democratizar o acesso dos cidadãos em políticas públicas [...]” (GOHN, 2011, p. 88).

Esse cenário de redução das ações do Estado, foi sendo construído com a disseminação das políticas neoliberais no mundo, sendo a configuração das políticas neoliberais realizadas nos países emergentes.

Em 2014, houve uma nova regulamentação na sociedade, a Lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que passou a vigorar entre 2016 e 2017 e instituiu um novo regime jurídico para realização de parcerias entre o Estado e organizações da sociedade civil (LOPES, SANTOS, BROCHARDT, 2016).

As organizações da sociedade civil são entidades privadas sem fins lucrativos, ou seja, que desenvolvem ações de interesse público e não têm o lucro como objetivo. Tais organizações atuam na promoção e defesa de direitos e em atividades nas áreas de direitos humanos, saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia, entre outras. (LOPES, SANTOS, BROCHARDT, 2016, p.15).

Em 2016, foi instituído o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (MOSC)¹, uma plataforma virtual para permitir a consolidação de informações, e transparência, para socialização de dados das OSCs no Brasil.

Muitas Organizações Não Governamentais, sejam as associações ou fundações, passaram a ser chamadas de OSC – Organizações da Sociedade Civil, para aquelas que já se ajustaram ao marco regulatório.

3.1 ONGs e Educação não formal

As atividades desenvolvidas nas ONG's constituem-se em espaços de construção de saberes, fora dos tempos e espaços normatizados da educação. Sobre esse tema, Gohn (2010) apresenta o olhar sobre outras propostas de educação no campo social e o olhar que distingue cada uma dessas da educação não formal, dentro do campo da intencionalidade, com a produção de saberes que leve os sujeitos para o exercício da cidadania, a partir de um olhar crítico.

1 Disponível em: < <https://mapaosoc.ipea.gov.br/sobre> >

Para Gohn (2010, p. 33), a educação não formal “(...) é um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade”.

Em outro texto, essa autora ainda afirma que “a educação não formal é uma possibilidade de produção do conhecimento que abrange territórios fora das estruturas curriculares da educação formal” (GOHN, 2011, p.12).

Dentro desta perspectiva, a educação não formal constituída nos espaços das ONGs e associações civis permite a construção de novos conhecimentos e aprendizagens, que podem levar as pessoas a processos de emancipação social. Para a autora, a educação não formal não está só localizada em ONGs ou associações civis, sendo os movimentos sociais um dos grandes espaços da educação não formal (GOHN, 2011).

Para Gohn,

Os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam as atividades de educação não formal são múltiplos, a saber: no bairro-associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas Organizações Não Governamentais, nos espaços culturais e nas próprias escolas, nos espaços interativos dessas com a comunidade educativa, etc. (GONH, 2011, p. 108).

Segundo Gadotti (2005), a educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática, e duas categorias são consideradas o espaço e o tempo. Estas categorias são constituídas pela flexibilidade nos processos de aprendizagem;

A educação na educação não formal “volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s)” (GOHN, 2010, p. 33). A autora relata que a educação não formal é um processo que envolve questões culturais, sociopolíticas e educacionais.

Segundo Gohn (2010) analisar a emancipação social conduz a vários temas: direitos, poder, participação, democracia, cultura, cidadania, conscientização, entre outros. A referida análise nos leva também aos problemas sociais, conflitos, lutas, violência, bem como no âmbito dos sonhos, e desejos, para alcançar mudanças sociais.

Segundo Santos (2007 p.17),

A emancipação social é um conceito absolutamente central na modernidade ocidental, sobretudo porque esta tem sido organizada por meio de uma tensão entre regulação e emancipação social, entre ordem e progresso, entre uma sociedade com muitos problemas e a possibilidade de resolvê-los em outra melhor, que são as expectativas. com uma tensão entre regulação e emancipação social, com uma sociedade com problemas e a busca por resolvê-los. (SANTOS, 2007, p.17).

Para Gohn (2010), a educação, em suas várias formas, deve estar voltada para a emancipação dos sujeitos, sendo uma prática voltada para o presente, e a resistência está entre suas capacidades, seja para enfrentar as condições adversas, seja para reconstruir, ressignificar.

Dentre as diversas Organizações Não Governamentais, tem as que atuam no trabalho com crianças e adolescentes em intervenções sociais que buscam a garantia de direitos destes como sujeitos e sua emancipação social.

3.2 ONGs: projeto social e normatizações

Para Armani, “basicamente, um projeto é uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseados em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo” (ARMANI, 2003, p. 18). Não sendo um projeto apenas um documento formal como uma ferramenta para mobilizar recursos, este se apresenta como uma das soluções técnicas mais disseminadas para que pessoas ou organizações possam contribuir com o enfrentamento de problemas sociais de uma forma organizada, ágil e prática.

Ações sociais planejadas e estruturadas favorecem a participação efetiva de todos os setores envolvidos com a ação, especialmente daqueles que serão beneficiados, na medida em que exigem objetivos, metas e critérios de avaliação bastante claros. Surge, então, espaço para expressão de interesses e visões diferentes e de negociação e construção de consensos, assim como o fortalecimento do protagonismo dos setores excluídos. (ARMANI, 2003, p.19).

Sendo o tema da participação um campo importante dentro do desenvolvimento dos projetos sociais, para atingir o que propõe os objetivos

elencados nos projetos, destaca-se a importância do envolvimento do público atingido pelo projeto, para o alcance dos fins propostos. (ARMANI, 2003, p. 28).

Talvez a contribuição mais relevante do elemento participação no desenvolvimento de projetos sociais seja o questionamento da visão tradicional segundo a qual apenas a organização que promove o projeto pode definir os termos para julgar seus resultados sociais. Se a participação de beneficiários e de outros atores dá-se de forma efetiva, ela fará com que os parâmetros de condução e de avaliação de um empreendimento social deem-se pela construção coletiva a partir das várias visões e interesses de todos os atores envolvidos e não por apenas uma entidade de forma exclusiva. (ARMANI, 2003, p. 29)

A reflexão acima nos leva a pensar como está a participação das crianças sobre a ótica das reflexões dos estudos sociais da infância dentro dos projetos sociais.

Para Sarmento, Soares e Tomás (2004), a Sociologia da Infância entende a infância como uma construção social, entendendo “as crianças como actores sociais plenos, competentes, activos e com ‘voz’”. (SARMENTO, SOARES, E TOMÁS, 2004, p.1). Mas a cidadania nos modelos e padrões clássicos ainda é compreendida como condição do adulto. “Tradicionalmente, o cidadão por excelência era o varão adulto, de tal forma que as mulheres, escravos e sobretudo os jovens e, ainda mais, as crianças não eram consideradas como tal” (SARMENTO, SOARES, E TOMÁS, 2004, p. 1)

Ainda para Sarmento, Soares e Tomás (2004), a cidadania da infância foi pautada na Convenção dos Direitos da Criança, considerando a criança como ator social que tem direitos e deve ser admitida como sujeito que pode contribuir na vida social.

Para tanto, se faz necessário considerar as novas formas de organização social, familiar, as desigualdades sociais, as mudanças das relações de gênero, as relações intergeracionais, e as relações de (pares, que implicam para as novas formas de viver em sociedade, o que traz reflexos para se pensar novos papéis, espaços e vozes no exercício da cidadania (SARMENTO, SOARES, E TOMÁS, 2004). Neste sentido, a cidadania deve ser vivenciada a partir do direito a participação. Os autores chegam à conclusão de que “a cidadania da infância é a possibilidade de uma utopia colectivamente construída onde se resgate a intensidade do olhar da infância, para com ele se reconstruir uma visão renovada da sociedade” (SARMENTO, SOARES, E TOMÁS, 2004, p. 3).

Os marcos legais que normatizam e pautam os direitos sociais, com base nos direitos humanos das crianças e adolescentes são a Convenção dos Direitos da Criança, que configura-se como uma legislação internacional, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), referência legal no Brasil.

A Convenção dos Direitos da Criança, a Convenção dos Direitos da Criança, legitimada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, pela Resolução n. L 44 (XLIV), define em seu (art.1º) que, “para efeitos da presente Convenção, entende-se por criança todo o ser humano menor de 18 anos de idade, salvo se, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes.” O presente instrumento jurídico aponta princípios fundamentais, que consagra a concepção de direito da criança, a não discriminação, o interesse superior da criança, a sobrevivência, e a participação.

Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que entrou em vigor na data de 14 de outubro de 1990, define a criança, em seu (art.2º) “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

O Brasil ratificou a CDC, em 20 de novembro de 1990, ao formular uma legislação específica, o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas não avançou na premissa da criança e do adolescente como prioridade absoluta. O ser sujeito de direitos nas legislações não automatiza e concretiza a garantia dos direitos para as crianças e adolescentes brasileiras. Para Sarmiento e Marchi,

Em suma, a última década tem evidenciado a profunda contradição entre a normatividade infantil produzida pela modernidade, a partir da sua matriz ocidental cêntrica, e as condições de vida das crianças vítimas das profundas desigualdades geradas na sociedade contemporânea, caracterizada pela globalização hegemônica do modelo de capitalismo financeiro. Se essa normatividade incorpora uma concepção de bem-estar das crianças, assente em direitos de proteção, provisão e participação, a realidade não apenas contraria aquilo que os documentos jurídicos reguladores preconizam – o que, aliás, sempre aconteceu num quadro de profunda contradição entre a lei escrita e a lei na prática – como, de modo mais grave, o que na presente década parece emergir é um abandono não apenas da retórica jurídica, mas também da consideração das crianças como sujeitos específicos de direitos. (MARCHI E SARMENTO, 2017, p.960)

Por sua vez, por normatividade, entende-se:

[...] o conjunto de regras e disposições jurídicas e simbólicas (explícitas e implícitas) que regulam a posição das crianças na sociedade e orientam as relações entre elas e os adultos, nos contextos de interações face a face, nas

instituições e nas políticas de infância. (MARCHI E SARMENTO, 2017, p. 953)

Dentro do debate sobre a criança, faz-se presente a discussão da normatização jurídica da infância que permite o acesso ao direito, conquista inquestionável, mas que, de forma universal, padroniza o olhar para uma criança única, considerando sua construção por uma matriz eurocêntrica. Essa perspectiva não considera as infâncias em sua totalidade e gera políticas padronizadas que não incluem questões como as condições socioeconômica, a diversidade cultural, gênero, etnia, e produzem a imagem de um modelo de criança e de infância dentro de uma perspectiva eurocêntrica.

Com essa preocupação, o presente estudo pretende contribuir com o debate, analisando concepções de criança e infância nos documentos norteadores das ações de duas ONGs brasileiras. Espera-se que, os elementos desta análise aprofundem a compreensão crítica do trabalho que vem sendo desenvolvido por essas e outras instituições que defendem os direitos das crianças e adolescentes, em especial, daqueles mais vulneráveis.

4. Procedimentos Metodológicos

Este capítulo buscou apresentar os caminhos teórico metodológicos da pesquisa, que permitiram chegar aos resultados e realizar as reflexões sobre os mesmos, com a intencionalidade de analisar como as concepções de criança e infâncias estão presentes e são construídas, narradas e reproduzidas nas Organização Não Governamentais, que atuam por meio de projetos sociais, com crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

A pesquisa social possibilita abrir o campo de estudo para as contribuições das discussões sobre, e com as crianças, na compreensão destas como ator social, na perspectiva de descolonizar a pesquisa com crianças (ABRAMOWICZ & RODRIGUES, 2014).

4.1 Pesquisa qualitativa

A pesquisa propôs uma análise qualitativa. Para Minayo (2009), a pesquisa qualitativa permite analisar a realidade considerando o conjunto dos fenômenos humanos, a partir da complexidade destes, o que leva a importância de se considerar todas às nuances postas na realidade estudada a qual a quantificação desta realidade por si só não dá conta de descrever ou analisar o sujeito, os sujeitos, os contextos, os fenômenos. Assim, torna-se importante além do número, os significados existentes nas realidades postas e recortadas nos estudos.

Pesquisar é questionar uma determinada realidade e estudar seus fenômenos, a partir das realidades vivenciadas. Para Minayo, “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2009, p.16)

Minayo (2009, p. 63) fala que, “a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial.” Desta forma, esse envolvimento irá compor o conjunto da pesquisa. Para a autora, o trabalho de campo envolve o pesquisador, o campus da pesquisa, os fatos a serem observados e o método, todo esse conjunto faz parte das preocupações científicas. Neste sentido, a autora refere-se ao cuidado do rigor científico necessário pois “o campo da pesquisa social não é transparente e tanto o pesquisador como seus interlocutores e observados interferem no conhecimento da

realidade”. (MINAYO, 2009, p.63). Concluindo, assim, que a pesquisa social nunca será neutra.

Com isso, o pesquisador a partir do envolvimento com seu objeto de pesquisa estará distante da neutralidade e o envolvimento acontecerá, o que não o impedirá de adotar o rigor científico. Neste sentido, os diálogos e análises documentais com atores sociais, ONGs, já conhecidos pela pesquisadora neste estudo não inviabilizou o rigor científico.

4.2. Lócus da pesquisa

O campo de estudo da presente pesquisa centra no universo das Organizações Não Governamentais (ONGs), que atuam no âmbito da garantia dos direitos de crianças, adolescentes, famílias e comunidades urbanas e rurais, que estão em situação de vulnerabilidade social e econômica. A atuação das Organizações Sociais selecionadas acontece em diversas temáticas: insegurança alimentar, agroecologia, violência doméstica, e sexual, entre outras, temas ligados a exercícios dos direitos, tendo como eixo a defesa dos direitos sociais, econômicos, culturais e políticos.

Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, Art. 6º).

O projeto de dissertação tinha o foco nos diálogos com as crianças, mas diante da crise sanitária, com a Pandemia da COVID-19, que iniciou em 2020 e atravessou o período de coleta dos dados do presente estudo essa estratégia metodológica não foi possível. Dentro desta realidade e na busca dos melhores caminhos para a pesquisa, foram redefinidos os objetivos, e fez-se a escolha por trabalhar com a metodologia da análise de conteúdo de documentos, o que permitiu o estudo das narrativas, conceitos, visões e influências.

A escolha das duas Organizações Não Governamentais estudadas teve como critérios que as mesmas realizassem ações com crianças, adolescentes e famílias e pertencessem a contextos geográficos distintos. Assim, optou-se por uma ONG que

estivesse inserida no contexto urbano e a outra no contexto rural, na Região Nordeste do Brasil, em Pernambuco.

Segundo dados do Ipea, no Policy Brief², o Brasil, até novembro de 2020, tinha 815 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) conhecidas também como Organizações Não Governamentais, em atividade. A região Nordeste possui 24,7% deste total, encontrando-se em segundo lugar, após a região Sudeste. Os dados mostram que todos os 5.570 municípios brasileiros têm OSCs. A natureza jurídica, que define onde nasceu, seus princípios e os elementos que a compõe, é classificada como: Associação privada (80,9%); Organização religiosa (17,4%); Fundação privada (1,5%); Organização social (0,2%). A área de defesa dos direitos e desenvolvimento prevalece, das Associações privadas 43,8% apresentam como área de atuação a defesa de direitos (Mapa das Organizações da Sociedade Civil, julho, 2021). Em Pernambuco, existem 15.333 mil Organizações da Sociedade Civil as quais desenvolvem ações sociais, entre estas, estão aquelas direcionadas as crianças e adolescentes.

Abaixo, apresentamos dois quadros com as informações sobre as ONG's que participaram do estudo.

Quadro 1

Organização Não Governamental: A
Localização: Pernambuco, área urbana
Característica: Associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, democrática e pluralista.
Fundação: 2005
Áreas de atuação: defesa dos direitos humanos
Público atendidos/faixa etária/perfil socioeconômico: criança, adolescentes, jovens e adultos, em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Missão Institucional: proporcionar o exercício da cidadania e a defesa dos direitos humanos, em especial de crianças, jovens e mulheres, na perspectiva política, cultural, social e ambiental, visando uma sociedade justa e solidária.

Quadro 2

Organização Não Governamental: B
Localização: Pernambuco, área rural
Característica: Entidade civil, sem fins lucrativos, de direito privado.
Fundação: 1996
Áreas de atuação: defesa dos direitos humanos e agroecologia.
Público atendidos/faixa etária/perfil socioeconômico: crianças, adolescentes, jovens e adultos, em situação de vulnerabilidade social e econômica
Missão Institucional: favorecer por meio da participação o desenvolvimento sustentável através da agricultura orgânica e agroecológica, da educação ambiental e cultural, envolvendo prioritariamente crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres e idosos da agricultura familiar no exercício da cidadania.

4.3 Universo documental: caminhos de construção das informações

A análise documental permite o tratamento das informações expostas, armazenando as mesmas de uma forma variável, de modo que facilite o acesso para ter o máximo das informações (BARDIN, 2011).

No primeiro momento da pesquisa, foi realizado um contato inicial com Organizações Não Governamentais, uma aproximação por meio do diálogo, e uma consulta prévia para saber se tinham interesse em fazer parte de um estudo científico. Assim, foi agendada uma conversa quando foram informados os objetivos da pesquisa.

Após esse primeiro contato, para a formalização do consentimento em participar do estudo, foi construído um termo de autorização para a participação da instituição na pesquisa, de modo a seguir todos os princípios éticos (Anexo 1).

A solicitação dos documentos institucionais foi o próximo passo. Foram solicitados os seguintes documentos: estatuto social, regimento Interno, formulários para a elaboração dos projetos, planejamentos, projetos, políticas institucionais, relatórios e avaliações.

A partir das primeiras leituras foi vista a necessidade de construir os critérios para a escolha de documentos reguladores institucionais que fundamentam os princípios institucionais e a prática, documentos programáticos, com foco em ações com crianças e adolescentes que traduzem o pensar as ações, planejamento, e o realizar, desenvolvimento. Sendo assim, foram identificados, nesta fase de seleção os seguintes documentos: estatuto social, regimento interno política institucional de proteção infantil, política de comunicação, projeto político pedagógico, projeto social e relatório.

Metodologicamente, optou-se por não fazer um estudo de caso, assim, não foram feitas avaliações e ou comparações, sendo o propósito identificar e analisar as concepções de crianças e infâncias nos documentos das instituições estudadas.

Os documentos foram classificados e nomeados por organização, número de identificação, finalidade jurídica e pedagógica, segundo a tabela abaixo:

Organização A	Organização B
Documento 1 A – Estatuto Social	Documento 1 B- Estatuto Social
Documento 2 A- PPI	Documento 2 B - PPI
Documento 3 A- Projeto Social	Documento 3 B – Projeto Social
Documento 4 A- Relatório	Documento 4 B- Relatório
Documento5A- Regimento interno	Documento 5 B- Plano de Comunicação
-----	Documento 6 B- Projeto político pedagógico

Os documentos selecionados para o estudo, fazem parte da constituição jurídica e pedagógica das Organizações Não Governamentais pesquisadas, estes traduzem a dinâmica institucional e apresentam o corpus da pesquisa:

1. Estatuto Social – “conjunto de regras que regem funções, atores e objetivos de uma pessoa jurídica, comumente utilizado por sociedades, cooperativas e entidades sem fins lucrativos.” De acordo com o Código Civil, define as características e definições de uma pessoa jurídica, que está nascendo, como denominação, requisitos para os membros associados, direitos e deveres (Silva, Marina. CONSEJ, maio, 2020)³
2. Política de Proteção Infantil – PPI – é uma política institucional para proteger a criança, e o adolescente participantes nos projetos sociais, que estão sujeitos a sofrerem violência institucional. Tem o objetivo de reduzir os riscos de violência contra crianças, e adolescentes, com organização e execução de procedimentos e códigos de conduta. “É um documento de referência para prevenir a violência, denunciar suspeitas de maneira sigilosa e lidar com casos de violência e supostos agressores sem perder de vista a proteção da criança” (KINDERNOTHILFE, p. 6, 2019)
3. Projeto Social – documento formal construído para executar determinada ação social, “é uma das soluções técnicas mais difundidas para que as pessoas e as organizações possam contribuir como enfrentamento de problemas sociais de uma forma organizada, ágil e prática” (ARMANI, p. 18, 2003)
4. Relatório – instrumento formal construído após execução de uma ação, para descrição das atividades, dos resultados, e efeitos alcançados.
5. Regimento interno – “O Regimento funciona como um documento complementar ao Estatuto e traz situações que podem ser facilmente alteradas, sem maiores formalidades, não precisando obedecer aos requisitos do Código Civil.” (CONSEJ, 2022)⁴ . Ainda, segundo Cardoso, “diferentemente do Ato Constitutivo, o Regimento Interno não precisa obedecer aos requisitos

3 Disponível em: < <https://consej.com.br/publicacoes/estatuto-social-entenda-quando-se-faz-necessario-quais-os-seus-beneficios-e-os-seus-prejuizos-quando-mal-elaborado/> >.

4 Disponível em: < <https://consej.com.br/publicacoes/a-importancia-do-regimento-interno-para-empresas-na-melhoria-do-engajamento-de-equipe/> >

previstos no Código Civil e nem ser registrado em cartório; o que leva a sua modificação a exigir apenas a aprovação em Assembleia Geral para que entre em vigor” (CARDOSO, GABRIELA, CONSEJ, abril, 2020)⁵.

6. Plano de Comunicação – “O plano de comunicação, diferentemente da política de comunicação, caracteriza-se por sua perspectiva eminentemente prática ou operacional.” Este documento surge da política de comunicação. (UDESC, 2016).⁶
7. Projeto político-pedagógico – “Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político-pedagógico - o famoso PPP” (LOPES, NOÊMIA, dezembro 2010)⁷.

4.4 Análise de Conteúdo

Quanto aos procedimentos e estratégias analíticas propostas para a construção e a análise dos dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo que, para Bardin é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p.42)

Para Bardin (2011), as comunicações nos campos linguísticos podem recorrer a análise de conteúdo por configurar-se como um “tratamento da informação contida nas mensagens” (BARDIN, 2011, p.34). Sendo uma análise de significados e também uma análise de significantes.

Na análise de conteúdo, não falamos de descrever os conteúdos, mas quais os aprendizados dos conteúdos analisados, saberes que podem vir de diversos campos psicologia, sociologia, história, economia (BARDIN, 2011).

5
<https://consej.com.br/publicacoes/regimento-interno-e-sua-empresa/> >

Disponível em: < <https://consej.com.br/publicacoes/regimento-interno-e-sua-empresa/> >

6

Disponível em: < <https://www.udesc.br/comunicacao/politicadecomunicacao> >

7

Disponível em: < <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp> >

A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência está que recorre a indicadores (quantitativos, ou não). (BARDIN, 2011, p.38).

A inferência traz deduções, reflexões e influências sobre a mensagem contida e sobre o meio no qual ela está inserida.

Com a seleção dos documentos, chega-se ao estabelecimento de categorias de análise, o uso de inferências, e a pontuação de indicadores. Esse conjunto de passos permite a busca da compreensão dos fenômenos (BARDIN, 2011).

Para Bardin (2011), a análise de conteúdo deve ser realizada em fases. As fases de organização e codificação fazem parte da pré-análise, seguindo-se da exploração do material, do tratamento dos resultados, com a inferência e a interpretação.

Na pré-análise, temos a organização dos documentos, escolha, leitura, identificação das ideias iniciais, referenciação, categorização, codificação. Essa etapa da análise possui, para Bardin (2011, p. 95), “três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.”

Em uma segunda fase de exploração do material, a codificação é realizada e é neste momento que acontece um tratamento das informações, a partir de uma transformação dos dados, por recorte, enumeração, agregação e classificação. A autora destaca, que o critério de recorte dentro da metodologia da análise de conteúdo é sempre semântico. (BARDIN, 2011).

A terceira fase da análise, para essa autora, é trabalhar com os resultados, “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos, e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2011, p.101).

Segundo Bauer (2002, p.189), “os textos, do mesmo modo que as falas, referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam.” Desta forma, os textos têm muito a nos falar, transmitir e informar sobre as questões de pesquisa e análise dos fenômenos em estudo.

A análise de conteúdo apresenta duas dimensões principais: a sintática e a semântica. “A sintaxe descreve os meios de expressão e influência – como algo é dito

ou escrito.” (BAUER; 2002, p.192-193). Então apresenta um olhar sobre a frequência, ordenação, vocabulário, tipo de palavras. A semântica trabalha os sinais e sentidos de um texto, reporta aos significados das frases, sinais, símbolos.

Dentro da organização da análise de conteúdo, a teoria e o problema definem a seleção e a categorização dos materiais do texto a ser analisado. O método será definido a partir da formulação da teoria e das questões que se deseja estudar (BAUER, 2002).

4.5 – Considerações éticas da pesquisa

Toda a pesquisa foi permeada por questões éticas de modo que possa proteger a integridade das organizações sociais participantes e as informações estudadas.

Foi garantido o sigilo quanto à identidade das organizações sociais, dos contatos institucionais e dos documentos analisados.

Também foi solicitada uma autorização para a realização da pesquisa aos gestores e diretores institucionais que foram contactados e lhes foram apresentados os objetivos, a metodologia e outras informações importantes sobre o projeto.

Considerando o compromisso ético da pesquisadora e as contribuições que a pesquisa social pode proporcionar para a sociedade, serão realizadas devolutivas dos resultados, de modo a fortalecer as discussões sobre os campos da criança e das infâncias nas organizações sociais estudadas.

5. Resultados da Pesquisa – Criança Cidadã e Infâncias Ordenadas

Este capítulo nos fez aproximar como as crianças são compreendidas dentro das Organizações Não Governamentais e como suas infâncias estão configuradas nos contextos urbanos e rurais, em um cenário que se faz presente a desigualdade social existente no Brasil. Importante considerar os reflexos destas desigualdades na vida das crianças, como o distanciamento do acesso aos direitos sociais, econômicos, e os efeitos em suas infâncias.

No Brasil, a desigualdade social está entre as maiores no mundo. Em 2020, 1% mais rico da população, concentrava 49,6% da riqueza do país, segundo dados do relatório de riqueza global do banco Credit Suisse. Também há o registro do nível de desigualdade pelo coeficiente Gini que aponta que, entre 2019 e 2020, um aumento de 88,2 para 89, no Brasil (ELIAS, 2021)⁸. Os dados mostram o quanto a desigualdade social cresce no país, e com ela o aumento da pobreza e das violências para os grupos mais vulneráveis.

A epidemia de desigualdade no Brasil antecedeu a pandemia de Covid-19. Segundo o IBGE[1], em 2018 o Brasil era o oitavo país mais desigual do planeta e a desigualdade de renda havia atingido o maior patamar desde 2012, pois a renda dos 10% mais ricos era 13 vezes superior à média dos 40% mais pobres. Negros e mulheres, base da pirâmide social brasileira, continuam sendo os mais afetados nesse contexto. (NASCIMENTO, JERFFERSON, 2022, A epidemia da Desigualdade no Brasil)⁹

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)¹⁰ apresentou com dados de 2020, uma análise da pobreza monetária infantil, esta mostrou que as crianças e adolescentes são e continuam como os indivíduos mais afetados pela pobreza.

8 Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/>>

9 Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/>>

10 Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-infantil-monetaria-no-brasil>>

Até o início de 2020, os percentuais de crianças e adolescentes na pobreza monetária e na pobreza extrema no Brasil eram, proporcionalmente, o dobro dos adultos. Meninas e meninos não brancos, e quem vive nas regiões Norte e Nordeste, também eram e seguem sendo mais afetados pela insuficiência de renda, em comparação com brancos e com as demais regiões do País. (BAUER, FLORENCE, Representante do UNICEF no Brasil, Pobreza Infantil Monetária no Brasil-Impactos da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes, março, 2022)

As crianças que participam das ações realizadas pelas ONGs estudadas vivenciam de forma direta e cotidiana este cenário da desigualdade social, neste sentido, se faz importante esta análise do contexto para as compreensões vistas nos resultados.

Os resultados encontrados nos documentos estudados nos levam a entender as posições sociais que se encontram a criança e como as ONGs trabalham a partir das legislações sociais, e das construções da posição da criança na contemporaneidade, para que se afirme como sujeito de direitos e ator social, que contribui e tem a contribuir na sociedade, e vivam suas infâncias de forma protegida.

A construção das categorias de análise da pesquisa sobre as crianças e suas infâncias, foram definidas por temáticas presentes no debate social, e a partir das referências dos Estudos da Sociologia da Infância. Para estudar as concepções de criança foram elaboradas, as seguintes categorias:

- a) criança sujeito de direito, pessoa, cidadã;
- b) criança como protagonista e ator social;
- c) criança definida pela faixa etária;
- d) criança definida pelo seu processo de desenvolvimento.

E para estudar as concepções de infância, a definição das categorias tomou como base a legislação social direcionada para as crianças:

- a) infância e os direitos à proteção e segurança;
- b) normatividade e ordenamentos jurídicos e metodológicos da infância;
- c) adultocentrismo e relações assimétricas de poder com o adulto.

As concepções de criança e infâncias presentes nos textos analisados, refletem as discussões do lugar das crianças e de suas infâncias na sociedade. O alcance de seu lugar como sujeito de direitos, no entanto, é desafiado pela sua vulnerabilidade social e econômica, que as coloca em situação desprotegida, apesar dos avanços nas legislações.

5.1 Concepções de Crianças

As concepções de crianças encontradas são diversas e apontam conceitos e olhares distintos. A seguir, serão apresentadas e discutidas as categorias construídas a partir dos documentos analisados.

a) Criança sujeito de direito, pessoa, cidadã

A criança é conceituada como sujeito de direitos, para além da determinação etária, condição social, raça e etnia. Os trechos dos textos dos documentos analisados a seguir apresentam essa concepção:

“Manter a criança assistida protegida de qualquer violação dos direitos que lhe assiste como pessoa de direito.” (documento2A)

“Todos e todas devem tratar as crianças enquanto pessoas e sujeitos de direitos, levando em consideração suas opiniões e desejos” (documento 2A)

“Compreender a criança enquanto um sujeito de direitos faz com que seja possível capacitá-la para auto proteger-se das situações violentas em sua casa, escola e comunidade através de ações lúdicas, informação, capacitação, orientação e sensibilização para temas como identidade, corpo, direitos e deveres, gênero, segurança e proteção.” (documento 3A).

Nesses trechos, registra-se a priorização dos direitos das crianças, dentro de uma visão de alteridade que mostra uma percepção da condição de sujeito da criança. Também revelam o dever das instituições de garantir tais direitos. Essa concepção está presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, que norteia e define os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. (BRASIL, 1990).

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Para a garantia dos direitos da criança, a sociedade precisa estar consciente, em prol de objetivos comuns, assim processos de sensibilização são importantes, para que o conjunto de diversos atores sociais, políticos e econômicos, que compõe

a estrutura social, assegure os mesmos. As estratégias de conscientização em prol da legitimação desses direitos fazem parte das ações realizadas pelas ONGs conforme trecho abaixo:

“Sensibilizar a sociedade civil quanto a importância de reconhecer a criança como pessoa e sujeito de direitos.” (documento2A)

O debate público sobre os direitos das crianças e sobre as crianças como cidadãs tem muito a dizer sobre o status assumido pelas crianças na sociedade e o que de fato essas acessam. A Convenção dos Direitos da Criança – CDC fala sobre os direitos de proteção, provisão e participação. No Brasil, o exercício do acesso aos direitos e o lugar da criança, como prioridade absoluta nas políticas públicas no país, continua em discussão desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, e o do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, sem ainda a devida efetivação.

b) Criança como protagonistas e ator social

Esta concepção coloca a criança como agente, importante ator social, que contribui com as definições estruturais da sociedade. Para Marchi (2017), "as crianças são atores sociais independentemente do seu reconhecimento por parte dos adultos" (MARCHI, 2017, p.623-625), e exercem sua agência, a partir das normas e valores sociais e culturais dos grupos nos quais estão inseridas. A seguir, alguns trechos que exemplificam e demonstram essa concepção:

“Uma mudança registrada nos relatórios diários das oficinas é que 60% das crianças passaram a fazer denúncias à equipe, sobre as violações de direitos que sofrem em casa, principalmente no que se refere à violência física e psicológica.” (documento 4A)

“No período o grupo intitulado “Observatório de Direitos” composto por 20 crianças e adolescentes representantes das 8 comunidades de ação do projeto participaram da videoconferência com tema abuso sexual, cuja finalidade foi conscientizar crianças e adolescentes que abuso sexual é crime e apresentar mecanismos de proteção e denúncia. Os pontos de vistas trazidos pelas crianças e adolescentes durante a videoconferência foram muito importantes para avaliar a metodologia e o tema proposto na ocasião mesmo que de forma remota” (documento 4B)

“As crianças e adolescentes foram articuladas para participarem do planejamento de elaboração do projeto em uma atividade realizada na sede da instituição, que teve como objetivo a escuta das crianças e adolescentes sobre propostas de ações a serem executadas pelo novo projeto.” (documento 3B).

“Os pontos de vista trazidos pelas crianças e adolescentes foram avaliados pela instituição e inseridos nas ações do projeto através de atividades consideradas prioritárias e estratégicas para atingir o resultado do projeto.” (documento 3B)

“Garantir um ambiente de confiança e diálogo entre crianças, adolescentes e instituição em que os direitos da criança sejam respeitados”. (documento 2B)

Dentro da concepção da criança como ator social foram registradas, nos documentos, propostas e ações que tomam como base a participação, e o interesse superior da criança¹¹, para que elementos e espaços de atuação sejam construídos, conforme descrito nos trechos abaixo:

“Sempre garantir a escuta e a participação das crianças nas decisões relacionadas à instituição” (documento 2A)

“Escutar a criança ou adolescente e aceitar o que está sendo dito e permitir que fale livremente fazendo somente perguntas abertas para determinar os fatos básicos ou a natureza da queixa.” (documento 2B)

“A organização A preza pelo interesse superior da criança, de modo que ela possa participar ativamente, opinando e se expressando nas questões que lhe dizem respeito, o que deve ser considerado.” (documento 2A).

“Crianças, adolescentes e jovens do Observatório de Direitos inseridos em espaços de reivindicação e denúncia, contribuindo com propostas de ações para o enfrentamento ao abuso sexual e negligência contra crianças e adolescentes.” (documento 3B)

Essa concepção associa a ideia de criança à ideia de participação e atuação social. Como afirma Sirota (2001), “as crianças são ao mesmo tempo produtos e atores dos processos sociais” (SIROTA, 2001, p.19), ou seja, produzem cultura e se inserem na estrutura social, modificando-a.

11 Ver Convenção dos Direitos da Criança, princípios orientadores disponível em:< <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>.

Também observamos nos documentos analisados, que a definição dos objetivos e missão das instituições é a promoção do “empoderamento” das crianças e adolescentes, no sentido de favorecer sua participação cidadã e a proteção dos seus direitos, como nos trechos que seguem:

“Potencializar o empoderamento e a articulação das crianças, adolescentes, jovens, mulheres, homens, idosas e idosos, para reivindicação de direitos perante o poder público”. (documento 1B.).

“Ao final do projeto espera-se que as crianças e adolescentes estejam empoderadas sobre seus direitos, como se proteger a partir do autoconhecimento do seu corpo, e conheçam os espaços de reivindicação e denúncia, através de oficinas, intercâmbios, teatro, poesia, cordel, música...” (documento 3B).

Esta concepção vai na mesma direção do que afirma Elias (2012), ao mencionar que o descobrimento das crianças não está limitado a conhecer a infância, mas da promoção da autonomia às crianças como “uma necessidade que as crianças têm de viver sua própria vida, uma maneira de viver, em muitos sentidos, distinta do modo de vida dos adultos, apesar de sua interdependência com estes” (ELIAS, 2012, p. 469).

Por sua vez, Marchi (2017) afirma que “considerar a criança como ator não significa dizer que seja autônoma, ao contrário, significa ver como, em um dado contexto, ela poder adquirir mais ou menos autonomia” (MARCHI, 2017, p. 630).

Ainda nessa perspectiva, alguns trechos atribuem responsabilidades às famílias assistidas nos projetos sociais desenvolvidos pelas ONGs, no sentido de proteção e garantia de direitos, mas também de promover sua condição de ator social, como nos trechos a seguir:

“Famílias educando e acompanhando seus filhos evitando que frequentem ambientes de risco e vulnerabilidades nas comunidades rurais e fora delas e quebrando a cultura da adultização” (documento 3B)

“Compreender que o adulto é sempre responsável pelos seus comportamentos para com as crianças.” (documento 2A).

“Durante as ações citadas, as famílias começaram a se manifestar reconhecendo que praticavam violências contra as crianças e que

precisavam adotar medidas de proteção. Hoje um grupo representativo afirma que procuram respirar, contar até 10 e depois conseguem conversar, e utilizar métodos educativos para dar limites às crianças.” (documento 4A)

A relação criança-adulto retrata o cotidiano de famílias assistidas nos projetos sociais desenvolvidos pelas ONGs estudadas, nas quais as crianças vivem relações de poder que transformam sua condição de agente, e estabelece uma condição de ser menor, submisso, ao poder exercido pelo adulto.

Nos documentos institucionais, o enfrentamento a essa cultura adultocêntrica está presente no sentido de que a mesma deve ser discutida e combatida e as crianças devem empoderar-se, a partir de sua importância no mundo contemporâneo.

O adultocentrismo é uma categoria construída em ações que sustentam a representação dos adultos para realização das atividades sociais e produção econômica. (KRAUSKOPF, 1998, p. 124),

O adultocentrismo é um dos preconceitos mais naturalizados pela sociedade contemporânea. Ele atribui capacidades e fazeres às crianças para que se tornem adultas no futuro, desconsiderando os aspectos singulares da própria infância, tornando esse momento da vida apenas uma passagem, apenas um vir a ser, em que aprendemos a nos relacionar e a nos integrar à sociedade. (SANTIAGO & FARIA, 2015, p.73).

Kramer (2000, p. 2) ainda afirma que:

Em outra direção, o significado ideológico da criança e o valor social atribuído à infância têm sido objeto de estudo da sociologia, ajudando a entender que a dependência da criança têm sido objeto de estudo da sociologia, ajudando a entender que a dependência da criança em relação ao adulto é fato social e não natural. A distribuição desigual de poder entre adultos e crianças tem razões sociais e ideológicas, que repercutem no controle e na dominação de grupos.

Em especial, destacam-se os trechos que se referem à prevenção das violências dirigidas às crianças, dentro dessa relação de poder, como os seguintes:

“A negligência é uma violência de difícil definição, pois envolve aspectos culturais, sociais e econômicos de cada família ou grupo social, é a forma mais frequente de maus tratos contra crianças e adolescentes. Que, por sua vez pode provocar consequências ainda piores que a violência física, pois, os danos psicológicos causados pela negligência afetam o desenvolvimento físico e emocional da criança. Nas comunidades rurais onde foi aplicado o diagnóstico, observou-se que as principais causas das negligências cometidas são

fatores culturais, como adultizar ou atribuir tarefas de adultos as crianças, deixá-las sozinhas em casa e mantê-las em ambientes com consumo de álcool. Outros fatores são os socioeconômicos, pois na maioria dos casos os pais possuem baixa renda e optam por deixar os filhos em casa para trabalhar. E a falta de afetividade familiar, quando os pais não se preocupam com a alimentação, higiene, educação dos filhos e carinho. É comum nas atividades com as crianças, as educadoras perceberem a carência emocional por parte de algumas delas.” (documento 3B)

“... as crianças e adolescentes perceberam situações de violações de direitos em sua comunidade ... e essa percepção trouxe o abuso sexual em 58% das respostas, estando no topo das violações existentes nas comunidades, seguidas de negligência, violência psicológica e violência física.” (documento 3B)

Os registros que retratam o contexto de violências sofridas pelas crianças revelam, o que a Unicef e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontaram, em um estudo divulgado em outubro de 2021, intitulado *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*, que ocorreram 34.918 mortes violentas intencionais de crianças e adolescente no país nos períodos de 2016 a 2020, com 6.970 mortes por ano. Houve um aumento da violência na primeira infância, em 18 estados, onde o número anual de mortes violentas de crianças com idade entre zero a quatro anos aumentou 27%. Estas mortes são de crimes com características de violência doméstica, e para as crianças mais velhas e ou adolescentes, essas mortes têm características da violência urbana, a violência armada sendo está letal. Neste recorte, os aumentos dos índices neste contexto ocorrem nas regiões Norte e Nordeste. Em seis estados, constam aumento em 2020, o Ceará com mais de 46 mortes por 100 mil habitantes de 10 a 19 anos, seguidos do Acre com 38,41, Pernambuco com 36,16, Roraima com 36,13, Sergipe com 35,78 e o Rio Grande do Norte com 34,65.

Assim, nesta concepção vemos a criança em uma relação de ser e devir constante, um sujeito ativo no sentido de ter direitos igualmente ao adulto, sendo um cidadão e, ao mesmo tempo, um sujeito passivo, dependente da proteção do adulto, diante de situações de violência às quais estão mais expostas, por ser um dos grupos sociais mais vulneráveis dentro da sociedade.

Nessa direção, entre a criança ser e devir, temos a cultura adultocêntrica na qual a criança e as infâncias estão inseridas, em torno da relação de poder exercida pelo adulto junto à criança, que a expõe ainda às várias violências domésticas, seja

abuso sexual, física, psicológica, entre outras, o que a coloca em uma condição vulnerável. E nessa relação de poder, a criança não é só vista como um futuro adulto, “um ser em devir”, mas a criança é conduzida a fazer o papel do adulto, com responsabilidades iguais, das quais perdem e anulam seus direitos de ser criança, e em transformar-se em atores ativos que têm o direito de viver suas infâncias de forma saudável.

c) Criança definida pela faixa etária

Essa concepção caracteriza-se como um marcador social para diferenciar as crianças de outros sujeitos sociais, a partir do critério etário, numa perspectiva biologizante, universalista e essencialista, como nos trechos a seguir:

“Com base nos objetivos do projeto, o mesmo contempla três grupos-alvos. O primeiro concentra crianças de 04 a 08 anos...” (documento 3A),

“A região de atuação do projeto, assim como o Brasil, tem índices de violência doméstica que são as principais causas de morte de crianças entre 01 a 06 anos, de modo que urgem intervenções contínuas com foco na resolução desse problema” (documento 3A).

“A presente proposta atenderá diretamente 350 crianças e adolescentes, com faixa etária de 05 a 18 anos (55% do sexo feminino e 45% do sexo masculino.” (documento 3B).

Conforme o Artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de julho de 1990, o critério faixa etária/idade é o que regula e define o ser criança:

Art., 2o.

Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único.

Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

(Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Esta perspectiva nega a pluralidade da infância, ao propor ações que homogeneízam as crianças e desconsideram suas diferenças de território, raça, etnia, entre outros.

Para Moruzzi e Tebet (2010, p. 21):

Ser criança e viver a experiência da infância no Brasil difere de vivê-la na África, por exemplo, ou nos países da Europa. Da mesma forma, a infância, para grande parte da população brasileira, não é a mesma infância para as comunidades indígenas do Brasil, pelas diferenças étnicas que existem, ou pela classe social, raça e gênero da criança. Ainda, em um mesmo território, essa experiência pode assumir 22 diferentes perspectivas. (MORUZZI E TEBET, 2010, P.21).

Estas ações, muitas vezes, são traduzidas em políticas públicas universais, que atingem todas as regiões geográficas do país, sem considerar as características distintas de cada território.

d) Criança definida pelo seu processo de desenvolvimento.

Essa concepção foi a menos encontrada nos documentos, sendo o termo desenvolvimento pouco descrito:

“Atuar junto a parceiros que respeitem a criança como seres humanos em processo de desenvolvimento e, portanto, assistidos por um arcabouço legal que as protegem.” (documento 2A).

O termo estava presente também em conceitos sobre violência usados pelas organizações:

“Violência Psicológica: é toda ação que coloca em risco ou causa dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da criança ou adolescente.” (documento 2A)

“Violência Sexual: é todo ato ou jogo sexual com a intenção de estimular sexualmente a criança ou adolescente, em que os autores da violência estão em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente.” (documento 2A)

“... os danos psicológicos causados pela negligência afetam o desenvolvimento físico e emocional da criança.” (documento 3B)

A concepção de desenvolvimento está ligada a uma fase biológica, relacionada a fase de crescimento e evolução da criança. Esses trechos dos documentos mencionam o desenvolvimento como um ente, além da criança, como se as outras faixas etárias também não se desenvolvessem. Essa perspectiva do desenvolvimento pode também indicar uma noção de inferioridade na concepção da criança.

E ainda o conceito pode se fazer presente de forma implícita, ligado à concepção que a criança, ainda estando na fase de desenvolvimento, esteja numa condição de fragilidade diante situações de violência e negação de seus direitos, o que a faz precisar de proteção do adulto.

5.2 Concepções sobre Infâncias

A concepção de infância revelada nas análises do presente estudo relaciona-se às definições das legislações e documentos oficiais que norteiam políticas e programas sociais, e ações pedagógicas. Essa concepção está ligada à segurança, proteção das crianças, garantia de seus direitos humanos e sociais, e a condução de caminhos metodológicos. Percebe-se uma associação entre a ideia de infância associada as normatizações jurídicas e pedagógicas, conforme foi retratado nas categorias de análise, logo abaixo.

A noção de infância está presente no uso de termos como “infantojuvenil”, “infantil”, que, sem uma reflexão crítica aprofundada, conduz a ações direcionadas a criança, por meio de títulos para referenciar políticas e ações metodológicas/pedagógicas, como as ligadas a proporcionar um “protagonismo infantojuvenil”, e nas nomenclaturas, referência de legislações, políticas, planos governamentais, redes.

Os documentos não mencionam a diversidade das infâncias e, assim, não consideram diferentes infâncias, mas mostram um olhar para uma infância única, normatizada por uma fase da vida da criança, sendo norteada pelas legislações, políticas, programas sociais, métodos, configurados como dispositivos legais construídos, conforme as categorias abaixo:

a) Infância e os direitos à proteção e segurança

Nos documentos analisados, foi observada forte influência das legislações internacionais e locais que associam infância a uma fase da vida da criança, onde a mesma deve ser protegida, para seu saudável desenvolvimento e se caracteriza a partir das condições sociais e econômicas, culturais e geracionais, onde as crianças estão inseridas.

A análise revelou a noção de infância como regulada pela noção de proteção, por meio de diretrizes legais construídas, conforme trechos abaixo:

“A Lei brasileira nº 8069 de 13 de julho de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um instrumento baseado na declaração dos Direitos Humanos (1948) e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) que visa a Proteção Integral da Criança e do Adolescente.” (documento 2A).

“O objetivo da Política de Proteção Infantil da organização A é assegurar proteção das crianças no âmbito institucional, respeitando e minimizando riscos ...” (documento 2A)

“A Política de Proteção Infantil foi criada com o objetivo de Prevenir violações de direitos, através de medidas preventivas, no âmbito institucional...” (documento 2B)

Sobre essa relação entre infância e legislação, Marchi e Sarmento (2017, p. 953) afirmam que:

A construção normativa da infância sofreu diversos desenvolvimentos ao longo dos tempos, mas o século XX foi especialmente importante nessa definição sistêmica, por meio de sucessivos documentos legais que, o plano internacional e nacional, regularam a vida das crianças e padronizaram os modos de relação entre o Estado, as famílias, e as crianças e, mais latamente entre estas e os adultos. Esses documentos globalizaram-se e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (CDC), de 1989, instrumento de direitos humanos mais ratificado em escola mundial, tornou-se uma das expressões mais significativas da globalização política e cultura de um determinado modelo de infância.

Assim, as infâncias vão sendo regulamentadas, a partir dos períodos históricos, mudanças sociais, econômicas e culturais. Segundo Qvortrup (2010, p. 638), “quando argumentamos que a infância se modifica ao longo da história ao mesmo tempo que permanece enquanto categoria, estamos afirmando que existe mudança e continuidade.”.

No Brasil, a infância teve sua primeira regulamentação em 1927, com a instituição do Código de Menores¹² que não permitia à criança sua condição de sujeito

12

“A Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, redigida em 1924, não teve repercussão na redação final do Código de Menores de 1927. Nesse sentido, podemos dizer que o Código de 1927 foi assaz conservador em termos de proteção à criança, afinal, o foco era o controle social e não a proteção. No entanto, é inegável que esta legislação

de direito. A legislação direcionada às crianças foi modificada ao longo dos períodos históricos até a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que legitima a criança como sujeito de direito, e proteção social, o que trouxe novos parâmetros para as crianças e suas infâncias, norteado pelos princípios da Convenção dos Direitos da Criança.

b) Normatividade e ordenamentos jurídicos e metodológicos da infância

Também do ponto de vista jurídico, os textos analisados estão norteados pelas legislações que regulamentam as infâncias no mundo e no Brasil, dentre as quais, uma das principais é a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (CDC)¹³. Os trechos abaixo caracterizam, alguns desses ordenamentos:

“Este documento foi elaborado tendo como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil (1990) e os princípios estabelecidos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989).” (documento 2A)

“Tratar todas as crianças com respeito, dignidade, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceitos de qualquer ordem, levando em consideração interesse superior da criança, respeitando as diretrizes legais que regem os direitos infantis.” (documento 2A)

“... a organização A respondeu também pelas ações de articulação da sociedade civil junto ao poder público na construção de planos municipais de atenção à primeira infância...” (documento 2A)

“Segundo a Organização Mundial da Saúde (1999), a violência contra a criança inclui “todas as formas de maus-tratos, físicos e/ou afetivos, violência sexual, abandono ou tratamento negligente, exploração comercial ou outra, que resultem em riscos reais ou potenciais à saúde, à sobrevivência, ao desenvolvimento ou à dignidade, [sobretudo] no contexto de uma relação de responsabilidade, poder ou confiança.” (documento 2B).

foi o primeiro grande passo na caminhada de construir e consolidar uma política nacional de proteção e assistência às crianças e adolescentes no Brasil” (SIMÕES, 2007, p.192). Livro – A História da Infância em Pernambuco/organizadores Humberto Miranda, Maria Emília Vasconcelo; apresentação Almerly Bezerra de Mello; prefácio Isabel Cristina Martins Guillen. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

13
<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>.

Disponível em:< <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>.

“... a organização A respondeu também pelas ações de articulação da sociedade civil junto ao poder público na construção de planos municipais de atenção à primeira infância das 35 cidades ...” (Documento 3A)

“... através da campanha “Criança é prioridade” da Rede Nacional Primeira Infância.” (documento 3A)

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança, junto com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulam e definem a grande maioria das políticas, programas e projetos direcionados a criança no Brasil. Os registros nos documentos estudados evidenciam essa influência e as contribuições que o marco trouxe para a efetivação dos direitos da criança:

A CDC fornece um abrangente código de direitos que oferece o mais elevado padrão internacional de proteção e assistência às crianças, legitimando a importância da garantia de princípios: a participação; proteção e provisão para todas as crianças sem discriminação de gênero, cor, raça e religião. A organização A preza pelo interesse superior da criança, de modo que ela possa participar ativamente, opinando e se expressando nas questões que lhe dizem respeito, o que deve ser sempre considerado. (documento 2A)

De forma que, mesmo considerando essa normatividade que incorpora uma concepção de bem-estar das crianças, baseada no princípio do direito de proteção, provisão e participação, assinala-se que a realidade desigual contraria essa proposição e não considera as crianças como sujeitos. As legislações trazem, em seu contexto teórico, a importância e o respeito pela participação das crianças¹⁴, mas, na prática, são regidas sem considerar esse direito.

Para além da participação, temos também a não priorização e investimentos orçamentários direcionados às ações para as crianças. Segundo dados¹⁵ da UNICEF e do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) foram destinados só 3,2% dos recursos públicos federais a ações dirigidas a criança e adolescentes no Brasil, e, para

14 Conforme Estatuto da Criança e do Adolescente – Capítulo II – Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade. Art.16 O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: Incisos: V- participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; e VI participar da vida política, na forma da (LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990

15 Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38772&catid=10&Itemid=9 >.

2022, o percentual é ainda menor, chegando a 2,4% de investimentos para infância e adolescência no país.

Foi encontrado o ordenamento metodológico, que faz referência a infância, conforme trecho abaixo:

“Programa Internacional de Desenvolvimento Infantil (ICDP)-sigla em inglês e implementado em mais de 25 países, em alguns deles como política pública para primeira infância a exemplo da Colômbia. O método busca melhorar a interação entre adultos e crianças, criando uma relação de empatia e de sintonia de afeto entre eles,” (documento 3A).

“Valorização do protagonismo infantojuvenil, das mulheres e dos idosos, propiciará à sociedade, sujeitos atuantes e conscientes na construção de sua cidadania e na defesa de seus direitos, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural de sua região.” (documento 5B).

“A partir de 2003 a instituição ampliou sua linha de ação na área da defesa de Direitos de Crianças, Adolescentes, Jovens e o Protagonismo Infantojuvenil Rural.” (documento 2B)

Essa normatividade universal traduz a não percepção de diferentes infâncias que considere os contextos econômicos, sociais, culturais, étnico-racial, geográfico, entre outros, e que se traduzam em novas políticas (MARCHI; SARMENTO, 2017).

A infância universalizada nas práticas socioculturais que lhe deram um estatuto de inocência e fragilidade não seria, então, a meu ver, nada mais que uma narrativa, uma ficção por onde a racionalidade ocidental moderna construiu, através de marcos etários rígidos e universais, o acesso à “idade da razão”, ou ainda, à plena cidadania, dentro de uma sociedade que se quis igualitária e livre. Esta infância por certo hoje morre, e acrescentaria, deve morrer, na medida em que, enquanto narrativa que orienta a ação no mundo dos vivos, se torna cada vez mais inadequada para explicar a relação entre adulto e criança, no mundo contemporâneo. [...] Morre esta infância apenas para dar lugar a outra ou outras, que também por nós inventada, poderão nos guiar na construção das nossas possibilidades individuais e coletivas. (CASTRO, 2002, p. 51)

O debate sobre a universalidade posta para as infâncias deve permitir o surgimento de novas políticas, programas e projetos que definam para além de uma legislação, que traduza uma plena cidadania, caracterize a diversidade das infâncias.

c) Adultocentrismo e relações assimétricas de poder com o adulto

Nesta perspectiva, a infância é colocada sob as bases de controle do ser adulto, o que impõe a criança uma condição inferior em relação ao adulto. Com isso, a criança precisa atravessar e superar essa fase de seu desenvolvimento biológico, para, enquanto adulto, acessar sua valorização na sociedade.

A infância, na perspectiva adultocêntrica, é somente um período de transição e de aquisição dos elementos simbólicos presentes na sociedade, tendo a criança, assim, uma condição de ser menor, ser inferior, lugar que lhe é dado pelo grupo dominante correspondente: os adultos e as adultas. (SANTIAGO & FARIA, 2015, p.73).

Nos documentos estudados, essa narrativa de infância é caracterizada no ambiente familiar, sendo enfrentada nas ações dos projetos sociais. Conforme nos trechos a seguir:

“Os fatores identificados foram a falta de cuidado para que as crianças não fiquem vulneráveis a serem violentadas (como deixá-las em casa sozinhas ou levá-las a ambientes impróprios para elas), a falta de diálogo sobre sexualidade (quando as mães e pais não conversam com seus filhos sobre sua sexualidade, não criam abertura para que elas contem se sofreram abuso, além disso, quando não tem acesso a informação em casa, elas podem procurar com pessoas que não as instruem de forma correta), a adultização de crianças e o excesso de confiança dos pais em pessoas próximas (mães e pais podem achar que seus filhos estão seguros ao deixá-los sob o cuidado de vizinhos ou parentes, quando na verdade podem estar expondo as crianças ao risco de sofrerem violência sexual)”. (documento 3B)

“A pesquisa indicou que 56% dos responsáveis batiam nas crianças como método de punição por algum comportamento que consideravam inadequado; 26% afirmou que essa punição acontecia sempre e 74% indicou que às vezes. No decorrer do projeto, a partir das reuniões com famílias e/ou responsáveis foram sendo trabalhadas temáticas relativas aos marcos legais de proteção a crianças e adolescentes; alternativas de se relacionar com as crianças sem violência e apresentado novas estratégias de cuidado.” (documento 4A)

No âmbito da discussão da normatização também vemos a perspectiva adultocêntrica, velada, até pelos ordenamentos jurídicos, que também expõe as crianças a situações de violência, e que ao longo da história foram sendo transformados para a garantia dos direitos, conforme trecho a seguir:

“A trajetória percorrida pela criança historicamente vem sendo marcada por inúmeras situações de violência endossadas pelas práticas culturais e muitas vezes até pelo próprio ordenamento jurídico.” (documento 2A).

Para Marchi e Sarmiento (2017, p. 954), entre as críticas sobre as legislações que regem os direitos das crianças, para além da universalização dos direitos para a diversidade de crianças e infâncias, está a crítica ao fato de que até mesmo a Convenção que legitima o direito de participação, não teve a participação das crianças em sua construção.

Essa perspectiva adultocêntrica é enfrentada pelas Organizações Não Governamentais estudadas, para abrir espaços de contribuições das crianças e adolescentes, enquanto sujeitos de direitos, no contexto da família, nos espaços de monitoramento e elaboração de políticas públicas, programas e projetos, conforme trechos.

“Alguns dos resultados atingidos pelo projeto... foram, a reivindicação de direitos, protagonizada pelas crianças e adolescentes, a exemplo da solicitação de melhorias no transporte escolar, denúncias contra supostos abusadores, conhecimento sobre seu corpo e seus direitos, conquista da autoconfiança e conhecimento sobre o que são as violações de direitos e como lutar contra elas.” (documento 3B)

“Promover processos de formação para crianças, adolescentes, jovens, mulheres, homens e idosos nos âmbitos político, econômico, social, ambiental e cultural, na perspectiva de torná-los cidadãos conscientes e protagonistas do seu papel na sociedade.” (documento 1B);

Ao analisar as concepções de infâncias presentes nas Organizações Não Governamentais, sugiram algumas perguntas como: de quais infâncias estamos falando? Quais as infâncias vividas pelas crianças participantes dos projetos sociais estudados? Para analisar estas infâncias, destacamos trechos, que apontam alguns indicadores sociais, que podem traduzir as infâncias vividas pelas crianças, como: pobreza, violência, ausência e fragilização de políticas públicas sejam estes presentes, em áreas urbanas, e ou rurais.

“No estado de Pernambuco, as regiões metropolitanas e interioranas, como as cidades..., se destacam nos níveis de violência contra crianças. Os níveis de pobreza que afetam a maioria da população dessas sub-regiões explicam, em parte, as vulnerabilidades que se encontram as famílias e, sobretudo, as crianças. Soma-se a esse cenário a baixa escolaridade dos pais, a falta de acesso das crianças à educação infantil, a fragilidade da Rede de proteção e as dificuldades que a sociedade civil tem de se articular em prol de uma causa comum.” (documento 3A).

“Salientamos que as dificuldades apresentadas no contexto em que as crianças estão inseridas são muitas (pobreza extrema, uso problemático de substâncias psicoativas, falta de acesso a saneamento básico, educação de qualidade, saúde humanizada, assistência social e segurança pública) o que dificulta a convivência harmônica no meio intrafamiliar, mas que apesar disso, temos avançado articulando os serviços já existentes nas comunidades acolhendo os desafios e refazendo as estratégias. (documento 4A).

“As comunidades rurais que serão atendidas pelo projeto têm como principal fonte de renda a agricultura familiar e a criação de pequenos animais e são pouco assistidas pelo Poder Público Municipal. Esses municípios apresentam uma conjuntura política caracterizada pela redução e cortes de investimentos, em políticas públicas de incentivo, apoio à agricultura familiar, garantia de acesso à água de qualidade para o consumo humano e produção de alimentos, projetos sociais voltados a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e proteção do meio ambiente, ocasionando diversas violações.” (documento 3B)

“A vulnerabilidade social de algumas famílias potencializadas pela pandemia pôde desencadear que a criança fosse incentivada ao trabalho infantil, sofresse desigualdades sociais e estivesse sujeita a outras violações de direitos.” (documento 4B).

“... há ainda resistência de muitos detentores de deveres em reconhecer o seu papel de proteger as crianças e adolescentes, a desestruturação no âmbito familiar, a naturalização em relação ao machismo que coloca a vítima, menina, como a culpada pelo abuso e a exploração sexual e aspectos econômicos que fazem com que mães e pais se desloquem da comunidade rural para a cidade em busca de geração de renda, deixando os filhos sozinhos em casa e os colocando em situação de perigo.” (documento 3B)

Estamos falando de infâncias periféricas, de infâncias rurais, de infâncias pobres e de infâncias violadas, que têm em comum o contexto da desigualdade social que impede muitas crianças de viver uma infância saudável. Infâncias em que crianças enfrentam ausência de cuidados por parte de suas famílias, bem como sofrem e estão mais sujeitas a sofrerem vários tipos de violência doméstica, violência essa que pode transformar para sempre suas infâncias, e vidas.

As crianças que “escapam” à norma da infância, ou a infância que não está adequada à própria norma, são consequência do fato de que a ideia de infância, tal como modernamente construída, não se constituiu como realidade possível para as classes econômicas e politicamente dominadas. (MARCHI; SARMENTO, 2017, p. 956)

A complexidade atual posta na sociedade brasileira, com a ampliação das desigualdades sociais, o aumento das violências domésticas, as perdas de direitos sociais e trabalhistas, o desmantelamento do Estado, o surgimento de forças conservadoras nos campos político e religioso, entre outras problemáticas não enumeradas nesta pesquisa, mas de igual importância, vêm agravando a situação dos grupos mais vulneráveis e, entre esses, as crianças.

O estudo Cenário da Infância e Adolescência no Brasil, edição 2021, demonstra recortes percentuais da realidade brasileira das crianças, que nos permitem analisar os reflexos para as infâncias. Este estudo, realizado pela Fundação Abrinq¹⁶, com base em indicadores sociais¹⁷ do Brasil e suas Regiões que foram relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e adaptados ao contexto nacional pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que o Brasil em 2020 tinha cerca de 69,8 milhões de crianças e adolescentes entre 0 a 19 anos, sendo 33% da população total do país. Neste recorte etário o número de indivíduos que viviam em domicílios rurais foi maior nas Regiões Norte e Nordeste. Em relação a renda, a faixa de 0 a 14 anos, em 2019, tinha no país 9,1 milhões de crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza com renda mensal de até ¼ do salário mínimo, e 9,7 milhões em situação de pobreza de ¼ até ½ salário mínimo.

Outros dados relevantes do estudo apontaram para alguns indicadores: 45,5% de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos viviam em situação de pobreza e a Região Nordeste chegou 38,4%, com até ¼ do salário mínimo; 1.768.476 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, entre os anos de 2016 a 2019 encontravam-se em situação de trabalho infantil; 1,6 milhão de crianças e adolescentes e adolescentes de até 17 anos afirmaram não estar na escola, entre os meses de julho

16 Disponível em: [Fundação Abrinq traça panorama da Infância e Adolescência no Brasil | FUNDAÇÃO ABRINQ \(fadc.org.br\)](https://fundacao.abrinq.org.br/pt-br/infancia-adolescencia-no-brasil)

17 Disponível em Observatório da Criança e do Adolescente: <https://observatoriocrianca.org.br/>

e novembro de 2020; 4,6 milhões de crianças e adolescentes de até 17 anos não tinham recebido nenhuma atividade escolar, mesmo estudando, entre julho e novembro de 2020; 27,4% das crianças até 0 a 3 anos frequentava creche; 7,1 mil crianças e adolescentes forma vítimas de homicídio, em 2019. Essas estatísticas demonstram que uma parte significativa de crianças no Brasil, vive infâncias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Os territórios onde as crianças estão inseridas podem revelar como são suas infâncias, infâncias emergidas de contextos sociais, culturais e relacionais. Os trechos abaixo, apontam alguns traços de onde as crianças vivem, quais políticas públicas têm acesso, quais violências estão submetidas, e se as comunidades que vivem nascem muitas crianças, entre outras questões que fazem parte de seus cotidianos:

“O bairro x é um bairro periférico ..., onde as principais fontes de renda são os programas assistenciais do governo, catação de lixo, venda de rogas e a prostituição. A comunidade é desprovida de saneamento básico, água de qualidade, possui uma coleta de lixo precária, além de não haver pavimentação nas ruas e as casas serem em sua maioria feitas de taipa, barracos e papelão. Os resultados dessa situação de abandono e vulnerabilidade são os altos índices de natalidade e mortalidade, além da comunidade perder adolescentes muito cedo para o tráfico de drogas, e por outras violências no lugar.” (documento 3A)

“O bairro x não se difere dos demais bairros. Os moradores foram selecionados pelo programa Minha Casa Minha Vida e o parque residencial se localiza bastante distante do centro urbano, dificultando o acesso dos moradores a serviços básicos, como saúde, educação e segurança.” (documento 3A).

“Este público é composto por famílias agricultoras residentes em comunidades rurais distantes, de difícil acesso, populosas e com alto índice de violações de direitos, tem como principal fonte de renda a agricultura familiar, criação de pequenos animais, são beneficiárias de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Famílias e pouco assistidas pelo Poder Público Municipal.” (documento 3B)

Segundo Lopes e Vasconcelos (2006, p. 122), “a infância seria o lugar que cada grupo social destina para suas crianças. O lugar concebido em todas as suas dimensões, com toda rede simbólica que o envolve.”, o que para os autores traduz uma Geografia da Infância.

A geografia da infância tem como questão básica a compreensão da infância em seus diferentes contextos, ou seja, como os arranjos sociais, culturais, produzem as infâncias em seus diferentes espaços e tempos e como as crianças ao se apropriarem dessas dimensões sociais, as reconfiguram, as reconstróem, e ao se criarem, criam suas diferentes geografias. (LOPES; VASCONCELOS, 2006, p. 122)

Ao estudar as infâncias, faz-se importante observar o contexto e as realidades nas quais as crianças estão inseridas que evidenciam como as infâncias são construídas, seja pelo tempo, dentro dos diferentes contextos político, econômico e social; seja pela família e comunidades, a partir da convivência familiar e comunitária; seja pelos ordenamentos legais realizados por diferentes esferas na sociedade.

6. Considerações Finais

Os caminhos da pesquisa conduziram ao estudo das compreensões, conceitos e visões sobre as crianças e infâncias presentes no contexto das Organizações Não Governamentais que atuam com projetos sociais direcionados às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica.

As inquietações que levaram ao estudo tiveram como bases as leituras da Sociologia das Infâncias e das vivências em projetos sociais. As reflexões propostas pelos Estudos Sociais das Infâncias para a pauta dentro dos espaços das Organizações Não Governamentais fazem-se importante para refletir as relações, as interações, as dinâmicas do cotidiano, dentro de suas estratégias de intervenção para consolidar a atuação das crianças, como atores sociais, e considerar suas diferentes infâncias.

Os resultados nos apontam algumas reflexões necessárias para as compreensões encontradas nos registros documentais.

Os marcos legais contemporâneos¹⁸ instituem os direitos para as crianças e adolescentes e são os principais fundamentos que orientam o trabalho, sendo a base para todas as ações de direitos direcionadas as crianças no Brasil, entre estas, as desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais estudadas. Desta forma, as ações e concepções sobre crianças são influenciadas pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC) de 1989, um instrumento de direitos humanos pautado e legitimado mundialmente, validado por vários países no mundo, entre estes o Brasil. Para Marchi e Sarmiento (2017, p. 953) a CDC “tornou-se uma das expressões mais significativas da globalização política e cultural de um determinado modelo de infância.”

O Brasil efetivou uma legislação direcionada as crianças e adolescentes, com base na CDC e na Constituição Federal de 1989, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que toma como bases os princípios da proteção aos direitos fundamentais e determina prioridade absoluta para efetivação de ações

18 Principais documentos sobre direitos humanos, nacionais e internacionais, abrangendo crianças e adolescentes, Legislação, normativas, documentos e declarações: <https://www.unicef.org/brazil/os-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes>

públicas. Essas legislações trouxeram a noção da proteção por parte do estado, da família e da sociedade, do cuidado diante as violações de direitos, bem como a abertura para a participação das crianças como atores sociais. Ressalta-se a presença dessas noções apesar da CDC ter sido construída sobre bases eurocêntricas, o que unifica o olhar para uma criança única, que vive uma infância padrão, universal, quando as infâncias se constituem e são influenciadas pelas questões sociais, econômicas, culturais, interacionais, existindo assim várias infâncias. Além de refletirmos se a efetivação dos direitos ocorre para todas as crianças, registra-se a coexistência entre a importância da efetivação dos direitos e a não existência destes na prática, uma noção de proteção que traz o respeito aos direitos, mas universaliza as crianças, e não percebe as infâncias.

É importante sublinhar que essa orientação normativa sobre a infância não existe apenas na produção legislativa. Um conjunto de assunções, formas de conhecimento, ideias, pressuposições e representações sociais incorporam, no seu todo, modos dominantes de resposta às questões: o que é ser criança? Como agir em face das crianças? São modos dominantes que se exprimem em padrões de comportamento e condutas, hábitos e procedimentos dos adultos em face das crianças e que são igualmente configuradores da normatividade da infância. Se a CDC corresponde, no plano jurídico, a uma concepção de infância que marca determinantemente a perspectiva normativa com fortes efeitos regulatórios da vida das crianças e das ações e responsabilidades dos adultos diante delas, essa percepção exprime-se também por meio de assunções implícitas, dialogando com a norma escrita de forma nem sempre convergente, mas frequentemente confluyente. (MARCHI e SARMENTO, 2017 p. 955)

Com isso, a CDC exerce um modelo que traz elementos importantes para a compreensão das condições de vida das crianças, mas precisa ser vista sobre as bases reflexivas, como afirmado por Marchi e Sarmento (2017, p. 955), “em suma, a influência da CDC não deixa de ser problemática e atravessada atualmente por contradições dificilmente sanáveis.” Assim as reflexões dessa influência revelam que a base de proteção e abertura para um protagonismo maior das crianças é muito importante, mas essa deve considerar os contextos sociais, econômicos e políticos nos quais as crianças vivenciam suas infâncias.

Uma evidência presente nos documentos encontrados, que configura-se como uma constatação, é que as infâncias são afetadas pelas condições sociais, que se encontram as crianças.

“O Brasil possui uma população de 210,1 milhões de pessoas, dos quais 53.759.457 têm menos de 18 anos de idade (Estimativa IBGE para 2019). Mais da metade de todas as crianças e adolescentes brasileiros são afrodescendentes e um terço dos cerca de 820 mil indígenas do País é criança. São dezenas de milhões de pessoas que possuem direitos e deveres e necessitam de condições para desenvolver com plenitude todo o seu potencial.” (UNICEF, Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil, 2018)¹⁹.

Refletir sobre essa percepção da condição social dos sujeitos, crianças, que parte das questões levantadas nos resultados, de que infância estamos falando? Quais as infâncias vividas pelas crianças, que participam de projetos sociais desenvolvidos por Organizações Não Governamentais? Faz-se necessário, para entender as concepções presentes, ou nuances que afetam e influenciam as crianças e as infâncias.

As crianças em situação de pobreza são levadas a vivenciar suas infâncias, num contexto marcado pela ausência do Estado por modelos socioeconômicos ditados pelo sistema macroeconômico mundial que alimentam as desigualdades sociais existentes em países como o Brasil. Essas infâncias são expostas a várias situações de violações de direitos, e ao não terem acesso a um desenvolvimento saudável, as crianças passam a viver um determinado modelo de infância. Em muitos casos, esse modelo é conceituado pelo contexto biológico, com uma velada normalização por parte da sociedade para quem às crianças pobres só cabe o acesso a oportunidades de mudança, quando chegam a vida adulta e, por “mérito”, possam sair (quem sabe?) de sua condição de pobreza, o que as coloca em um ciclo de pobreza, que atravessa gerações.

Outra evidência encontrada foi a presença de ações estratégicas direcionadas a revelar a criança e seu protagonismo, como linha de trabalho das ONGs estudadas, com foco na construção de sujeitos ativos, que possam estabelecer diálogos entres seus pares, com suas famílias e comunidades.

Para tanto, a discussão da criança está presente sob o olhar de sujeitos que têm direitos e espaços de diálogos garantidos no ambiente das organizações e em

outros espaços que vivenciam, o que caracteriza a consolidação das discussões sobre as crianças na pauta contemporânea, conforme os Estudos Sociais da Infância.

Importante destacar que, de maneira simultânea, a consolidação da participação das crianças em sua construção social convive com forças nas relações de poder com o adulto, o adultocentrismo, que atravessam toda a sociedade e estão presentes culturalmente na família, na comunidade, na sociedade. A noção de sujeitos com atuação protagonista coexiste com as diferentes facetas e espaços sociais, que as crianças estão presentes.

Assim, chega-se ao final da pesquisa com análises conclusivas, de que as concepções de infâncias e crianças presentes nos documentos das ONG's apontam para a influência dos marcos legais, jurídicos e pedagógicos e que as condições sociais e econômicas afetam de forma direta as infâncias o que limita sua condição de agência. Neste sentido, as reflexões do estudo devem permear a pauta dos debates sobre as infâncias, e as crianças, e contribuir na construção de formas de intervenções sociais e formulações de arcabouços normativos jurídicos e pedagógicos que busquem a diminuição da desigualdade, a justiça social e a garantia dos direitos para as crianças.

ANEXOS

Anexo 1

Autorização da ONG: xxxx

Eu, _____,
na condição de Diretor (a/o) e ou Coordenador (a/o) executiv (a/o) da ONG
xxxxxxxxxxxxxx, autorizo a realização da pesquisa intitulada: ***Criança, Infâncias e
ONGs: concepções presentes nas Organizações Não Governamentais*** pela
mestranda Flávia Regina Costa da Silva, do Mestrado Acadêmico em Educação
Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE e
a Fundação Joaquim Nabuco- FUNDAJ, sob orientação da Professora Dr^a. Patrícia
Uchôa Simões. A pesquisa tem como objetivo: compreender como as Infâncias
são concebidas, narradas e vivenciadas nos projetos sociais desenvolvidos em
ONGs, que atuam no campo da garantia de direitos das crianças no estado de
Pernambuco. Serão realizadas análises de documentos, e entrevistas online. Para
posterior análise e apresentação dos resultados as entrevistas serão
áudiogravadas e após a análise, a proposta será realizar uma reunião para
compartilhar os resultados e discussão da temática com os profissionais da ONG
Os registros construídos serão utilizados apenas para fins acadêmicos,
apresentações em eventos científicos, processos de formação com a finalidade
educativa. Asseguramos que nenhum dado de identificação pessoal dos
participantes ou da instituição será incluído nos resultados do estudo e que os
mesmos estarão livres para aceitar ou não a participação e nos casos de
desconforto ou incômodo durante as atividades preservaremos a relação com a
pesquisadora e não hesitaremos em interromper. Por estar ciente dos objetivos e
importância da pesquisa autorizo a referida pesquisadora, a receber os
documentos institucionais, e realizar entrevistas com os profissionais a fim de
desenvolver a pesquisa.

xxxxx, ____ de _____ de 2020.

ONG:
Cargo:

Referências Bibliográficas

ABONG. Um Novo Marco Legal para as ONGs no Brasil – fortalecendo a cidadania e a participação democrática, 2007.

ABRAMOWICZ, Anete & RODRIGUES, Tatiane Consentino. Descolonizando as Pesquisas com Crianças e Três Obstáculos. Educação & Sociedade, v. 35, n.127, p. 461-474, 2014.

ABRAMOWICZ, A.; Moruzzi, Andrea Braga. Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância. Crítica Educativa (Sorocaba/SP). v. 2, n.2, p.25-37, jul./dez.2016.

ABRAMOWICZ, A ...et al. O plural da infância: aportes da sociologia. São Carlos: EdUFSCar, 2010.118p.- Coleção UAB-UFSCar.

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? um guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

BAUER, Martin W., GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro.

BOFF, Leonardo. Covid-19: a Mãe Terra contra-ataca a Humanidade: advertências da pandemia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BORDIN, Francine Borges. Teses e Dualismos da Sociologia da Infância. Revista Clóvis Moura de Humanidades. Periódico Interdisciplinar da Universidade Estadual do Piauí, Campus Clóvis Moura. v. 2, n 1, 2016.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos da Criança, 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

CABICEIRA, Geisa Orlandini. Olhares de “crianças” sobre gênero, sexualidade e infâncias. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT-UNESP Presidente Prudente. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, 2008.

CARDOSOS, Gabriela. Regimento Interno: Como esse documento pode ajudar na regulação da sua empresa. CONSEJ. Newsletter, abril, 2020.

Disponível em: < <https://consej.com.br/publicacoes/a-importancia-do-regimento-interno-para-empresas-na-melhoria-do-engajamento-de-equipe/> >

CASTRO, Lucia Rabelo de. A Infância e seus destinos no Contemporâneo. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v.8, n.11, p. 47-58, jun. 2002.

CORSARO, William A. Sociologia da Infância. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

DEL PRIORI, M. (Org.). (1999). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto.

DENZIN, Aline de Souza. Significados Construídos por crianças sobre suas experiências no projeto Construindo o Amanhã. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, 2014.

DIEESE. Brasil em Crise. Qual será o futuro? Boletim Conjuntura DIESSE, nº 23, jul/ago, 2020.

ELIAS, Norbert. A civilização dos pais. Revista Sociedade e Estado, volume 27, n.3, setembro/dezembro, 2012.

ELIAS, Juliana. CNN Brasil Business, São Paulo, 2021, Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/>>

FEIJÓ, Marianne Ramos; MACEDO, Rosa Maria Estefanini de. Família e Projetos Sociais voltados para jovens: impacto e participação. Estudos de Psicologia. Campina 29(2). 193-202. Abril-junho. 2012. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000200005>>

FERNANDES, Angela Maria Dias; et al. Cidadania, trabalho e criação: exercitando um olhar sobre projetos sociais. Revista do Departamento de Psicologia. UFF, v.18-n.2, p.125-142,jul/dez.2006.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Cenário da Infância e Adolescência no Brasil, 1ªedição, 2021. Disponível em:< [Fundação Abrinq traça panorama da Infância e Adolescência no Brasil | FUNDAÇÃO ABRINQ \(fadc.org.br\)](https://www.fundacaoabrinq.org.br/) >

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. Institut International des Droits de l'enfant – IDE. Sion, Suíça, 2005.

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis, RJ; Vozes, 1995. Coleção Educação e conhecimento.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos Sociais e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOULART, Angélica Moura. Participação Infantil: experiência de pesquisa realizada em Organização Social na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Dissertação, Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 2009.

IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. Em Questão-Evidências para políticas públicas. Policy Brief, N. 6, julho, 2021.

KINDERNOTHILFE. Política de Proteção Infantil, 2019. Disponível em:<
<https://www.kindernothilfe.org/> >

KOHL, Tatiani Müller. Tramando sonhos: infâncias e representações. 2018. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

KRAMER, Sônia. Autoria e Autorização: Questões éticas na pesquisa com crianças. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 41-59, jul./2002.

KRAMER, S. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: KRAMER, S.; BAZILIO, L.C. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em:
<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/23857/16830>

KRAUSKOPF, Dina. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. En publicación: Participación y Desarrollo Social en la Adolescencia. San José: Fondo de Población de Naciones Unidas 1998. Disponible em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cyg/juventud/krauskopf.pdf>

LEICHSENRING, et al; coordenação Aline Gonçalves de Souza, Aline Viotto, Thiago Donnini. 1 edição, São Paulo: GIFE: FGV, Direito SP, 2020. Coleção Sustenta OSC;4.

LOPES, Jader Janer Moreira. As crianças, suas Infâncias e suas histórias: Mas por onde andam suas geografias? Artigo, Educ. Foco, Juiz de Fora. V.13, n.2, p. 31-44 set 2008/fev 2009.

LOPES, Jader Jane Moreira e VASCONCELLOS, Tânia de. Geografia da Infância: Territorialidades Infantis. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.1, pp.103-127, Jan/Jun, 2006.

LOPES, Laís de Figueredo, BIANCA dos Santos, BROCHARDT. Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014. Secretaria de Governo da Presidência da República. Brasília: Presidência da República, 2016.130p.

LOPES, Noêmia. O que é o projeto político-pedagógico (PPP), dezembro, 2020. Disponível em: < <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp> >

MARCHI, Rita de Cássia. A criança como ator social – críticas, réplicas e desafios teóricos e empíricos. *Práxis Educativa*, Ponto Grossa, v.12, n. 2, p.617-637, maio/ago.2017.

MARCHI, Rita de Cássia; SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.38, n.141, p. 951-964, out/dez. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de Caso: Uma estratégia de pesquisa. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, Ana Paula Santana et al. Liderança e gestão: um estudo em Organizações Não Governamentais (ONGs) na região metropolitana do Recife, PE. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 20, n. 4, p. 1149-1164, dez. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000401149&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 fev. 2020. Pub. 05-Dez-2019. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v20i4.2077> .

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRANDA, Humberto, VASCONCELOS, Maria Emília (Org.). História da infância em Pernambuco. O Código de menores de 1927: Estado e assistência infanto-juvenil no Brasil, de Simões, Jose Lins. Ed. Universitária, UFPE, 2007.

MORENTE, Manuel Garcia. Fundamentos de Filosofia. Lições Preliminares. São Paulo, Editora Mestre JÓU, 2ª edição em português, 1966.

NASCIMENTO, Jefferson. A epidemia da desigualdade no Brasil. Blog, 16.01.2022; Disponível em:< <https://www.oxfam.org.br/blog/a-epidemia-de-desigualdade-no-brasil/>>

OXFAM, Brasil. O Vírus da Fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto. Informe, 2020. Disponível em:< <https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2020/07/Informe-Virus-da-Fome-embargado-FINAL-1.pdf> >

OXFAM, Internacional. A Desigualdade Mata. A incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19. Relatório, janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>

OLIVEIRA, Fabiana de. A criança e a infância nos documentos da ONU: a produção da criança como “portadora de direitos” e a infância como “capital humano do futuro”. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, 2008.

PROUT, Alan. Reconsiderando a Nova Sociologia da Infância. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p.729-750, set/dez,2010.

PRETTO, Zuleica. A infância como acontecimento singular na complexidade dialética da história. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 623-630, 2013.

QVORTRUP, Jens. A Infância enquanto categoria estrutural. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n..2, p.631-643, maio/ago.2010.

REDE, Nacional Primeira Infância. RNPI lamenta a marca ultrapassada de mais de 100 mil mortos por Covid-19, Nota de Pesar. Notícias, 2020. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/rnpi-lamenta-a-marca-ultrapassada-de-mais-de-100-mil-mortos-por-covid-19/>

REIS, Elisa P. Novas Formas de Relacionar Autoridade e Solidariedade: Questões Teóricas e Empíricas. Sociol. Antropol., Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 91-118, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752011000100091&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752011v115>

ROCHA, Crislane et al. Parceria entre ONGs e Escola Pública: reflexões sobre os impactos na educação formal. Artigo Científico apresentado à Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra, Serra, 2019.

SANTIAGO, Flávio, FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Para Além do Adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. Educação e Fronteiras On-Line, Doutorados/MS, v.5, n.13p.72-85,jan./abr.2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel Pedagogia do Vírus. Edições Almedina, S.A. Coimbra, abril, 2020.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: Sarmento, M. e Cerisara, A. Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Edições ASA, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Imaginário e Culturas da Infância. Cadernos de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, ano 12, n. 21, jul./dez. 2003.

SARMENTO, Manoel; SOARES, Natália; TOMÁS, Catarina. Participação Social e Cidadania Activa das Crianças. IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, realizado na cidade do Porto em Portugal, 2004. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/3842>

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. In: Educação e Sociedade, v.26, nº 91, p. 361-378, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (org.). Infância (in) visível. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007

SIMÕES, Patrícia; PERES, Flávia Mendes de Andrade e; QUEIROZ, Jacqueline Travassos de. O Encontro entre a Psicologia e a Sociologia da Infância. Psicol. estud., v.23, p. 1-13 e40193, 2018.

SIROTA, Régine. Emergência de uma Sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 112, mar., p. 7-31, 2001.

SILVA, Marina Olívia Sousa. Estatuto Social. Entende quando se faz necessário, quais os benefícios e os seus prejuízos quando mal elaborado. CONSEJ, Newsletter, 2020. Disponível em: < <https://consej.com.br/publicacoes/estatuto-social-entenda-quando-se-faz-necessario-quais-os-seus-beneficios-e-os-seus-prejuizos-quando-mal-elaborado/> >.

THOMASSIM, Luís Eduardo Cunha. O “público-alvo” nos bastidores da Política: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano. Escola de Educação Física/UFRGS, 2010.

UDESC. Política de Comunicação da Udesc. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014. Disponível em: www.udesc.br/comunicacao/politicadecomunicacao

UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, outubro, 2021.

UNICEF. Pobreza Infantil Monetária no Brasil. Impactos da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes, março 2022.

YIN. Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. /Robert K. Yin; Trad. Daniel Grassi-2ª Ed. Porto Alegre: Brookaman, 2001.